

5. A CULTURA ESCRITA NOS ESPAÇOS PRIVADOS

João Luís Lisboa
Tiago C. P. dos Reis Miranda

«Quatro coisas há no mundo
que eu desejava saber:
Era dançar, tocar viola,
jogar pau e saber ler.»

Popular, Moncorvo
(Vasconcelos, 1933-1988, vol. 4, p. 619)

O papel impresso e a arma de fogo são os objectos que, porventura mais do que quaisquer outros, marcam o mundo moderno na Europa. Juntos redefinem o *topos*, mais antigo e recorrente, do confronto entre a pena e a espada.

Este confronto configura situações de poder e foi variando com a crescente entrada da cultura escrita em cada espaço, em particular nas grandes cidades. Assiste-se então ao reconhecimento público das letras como instrumento de poder e como objecto de distinção social e individual. Ao problema de saber se a espada era mais poderosa do que a pena, ou se o papel impresso conseguira inverter os termos antigos e tornar-se mais forte do que a arma de fogo, junta-se, para nós, outra questão: a de saber o quanto penetravam um e outro no quotidiano das populações. Enquanto as armas fazem parte, em maior ou menor grau, da vida das pessoas, e neste caso facas e punhais não foram substituídos generalizadamente por pistolas e arcabuzes, o papel escrito só ganha importância para o comum dos europeus com a expansão do impresso (**Imagem 1**).

Partimos da ideia de que, até aos séculos XIII a XIV, a poesia, o pensamento ou a administração local não se subordinavam à cultura escrita. Melhor, não pertenciam à cultura escrita. A escrita era apenas um expediente (útil, é certo), para registo de práticas que sempre existiram na comunicação e na memória orais. Podia-se viver, tendo poder, fazer parte das elites e fruir todos os prazeres disponíveis, recorrendo, apenas quando necessário, a quem dominava competências específicas e especializadas, como as da leitura e da escrita. No mundo do direito, da filosofia (incluindo aqui a medicina) ou da espiritualidade, onde essas competências eram necessárias, recorria-se a pessoas concretas, em sectores restritos. Cada pessoa, distante da cultura escrita, era poupada a um esforço aparentemente desnecessário para a sua existência individual.

A partir do século XV já não será assim nas principais cidades europeias. Em parte, essa mudança foi imposta pela procura e aceitação de um novo expediente, aquele que permitia copiar os livros tal como eram feitos antes, mas em quantidades e velocidades nunca antes pensadas. Sejam os claros, o livro não muda com o impresso. O objecto é tendencialmente igual. Usa-se do mesmo modo. Organiza-se, lê-se e escreve-se como nos séculos anteriores. Neste sentido, é significativo o episódio da prisão do ourives Hans Fust (associado de Gutenberg) em Paris, em 1457, acusado de fraude (produzia livros impressos como se fossem «verdadeiros») e feitiçaria (fazia-o a uma velocidade impossível de atingir sem magia).

O livro impresso será idêntico ao que já se produzia. Mas quem o faz e quem a ele tem acesso mudou. Não se trata de chegar a «toda a gente». Mas tendencialmente todas as elites e uma grande parte das populações urbanas terão de se confrontar quotidianamente com a necessidade de decifrar textos, ainda que curtos. A cultura escrita, tornando-se obrigatória a certos níveis, cria novas formas de poder e de exclusão. Ao introduzir-se na vida privada e deixando de ser competência de especialistas, cria novas formas de distinção. Independentemente da velocidade a que este processo decorreu, das resistências que enfrentou, assistimos então a transformações nas exigências sociais, requerendo competências de leitura e de escrita, seja no exercício de funções de administração e de justiça, seja nas práticas de espiritualidade, na formação de cada indivíduo ou nas suas práticas associadas ao prazer. E é o impresso, mais do que o manuscrito, que força a entrada da cultura escrita nos espaços privados.

Entre os séculos XVI e XVIII, em Portugal, como em outros reinos europeus, a vida de cada um rendeu-se ao poder das palavras que circulam em papel. Embora predominantemente continuasse a ser um país da oralidade, da memória auditiva, das tradições e dos costumes, a cultura escrita e o livro em particular foram ganhando peso, invertendo perspectivas antigas, impondo-se em novos modelos e práticas, mesmo se a maioria continuava a não saber ler e escrever. Estas transformações são paralelas às que inverteram a relação entre costume e lei, entre palavra e contrato, ou entre a credibilidade de quem se conhece e a da palavra impressa. Assiste-se a um processo que terá conduzido a uma profunda transformação social e cultural levando a que, com a palavra e as suas formas, o grupo se desagrega em favor do indivíduo (Certeau, 1990, p. 243).

As consequências vão da organização da sociedade às práticas individuais, da institucionalização da censura à constituição de bibliotecas particulares, das exigências de formação dos governos locais à generalização da procura das novidades cujas fronteiras e tempos o escrito subvertera. Ultrapassara-se o que se podia saber em poucos livros ou em intrigas de proximidade. Criavam-se formas de sociabilidade em torno do engenho da escrita ou da recepção de papéis novos. Mas, ao mesmo tempo, a leitura tornava-se tendencialmente individualizada e silenciosa. Mais presente nos espaços públicos, ocupava também mais fortemente a privacidade do leitor. Esta evolução vem de quando, já nos manuscritos medievais, se separam as palavras e se introduzem expedientes gráficos e gramaticais não perceptíveis pela leitura em voz alta. Mas essa continuará a ser a forma dominante de acesso aos textos ainda depois de 1500. A leitura funcionava pelo ouvido, mesmo para quem lia. A proliferação dos textos levará, pouco a pouco, o acto de ler a tornar-se individual e silencioso (Imagem 2).

Não existe, é certo, uma concepção única da relação entre oralidade e escrita. A ideia de que a escrita, associada ao gesto, é uma estrutura que se foi aos poucos tornando fonética (Barthes e Marty, 1980) está bem longe da antiga oposição entre a voz e a escrita, assente na contraposição entre a autenticidade do corpo e o artifício das invenções e das artes humanas, concepção que se encontra de Platão a Rousseau. A oralidade seria, deste ponto de vista, valorizada face à escrita.

Ao longo do período que aqui nos ocupa, esta relação inverter-se-á, pelo menos no que respeita ao valor dominante que lhe é atribuído. A oralidade será então associada ao lugar-comum, à repetição, ao jeito (ou falta dele), enquanto o escrito se afirmará como marca de autoridade e de saber.

Esta inversão de sensibilidade não se dá de forma repentina com a introdução da imprensa. Afirmar-se-á sobretudo ao longo dos séculos XVII e XVIII quando o escrito, e nomeadamente o impresso, se impõe como melhor forma de conservar a memória das obras e de marcar uma vantagem social (Magalhães, 1994, p. 149).

A distância entre os códigos fónico e gráfico, sendo evidente, não representa completamente a diferença entre textos lidos e textos ouvidos. A leitura em voz alta e a representação de autos transpõem um código para outro, o que confirmaria o carácter dicotómico fónico / gráfico, sem consideração de alternativa. Mas a presença de signos gráficos destinados essencialmente a uma reprodução «falada», salienta interferências. As distinções entre formas do texto não são nítidas num universo em que o escrito tem penetrar uma cultura oral dominante, mesmo entre as elites (Koch, 1993, p. 229).

Essas interferências estão presentes, por exemplo, na distinção entre cartas «informais», elaboradas e a correspondência em geral, como na que separa a conversação polida de cortes e salões das conversas em geral. Burke demonstrou como, desde o século XVI, o impresso influencia as conversas, no que diz respeito ao estilo, ao vocabulário e aos temas. Publicações como as *Arts de plaire*, as *Règles de la bienséance* e os *Modèles de conversation pour les personnes polies* são casos em que se explicita o recurso à cultura escrita na conversação dos grupos letrados (1993, pp. 118-120).

As enciclopédias, as antologias e as recolhas de anedotas e casos «curiosos» e «interessantes» são outros exemplos. Na conversação «polida», códigos e temas estão doravante dependentes de todo o género de saberes que as leituras conservam e fazem circular, da poesia ao jornal, dos livros de devoção às novelas. Esta presença, que arrasta inevitavelmente contaminações, é mais importante do que a questão de saber se (e em que medida) as regras são seguidas. Aliás, quem faz troça das regras e dos manuais de curiosidades «arrumadas alfabeticamente» está invariavelmente entre aqueles cujo discurso «espontâneo» é mais marcado pela cultura literária (Imagem 3).

A concepção de biblioteca ideal também mudara desde a Idade Média, passando a considerar os textos em línguas vernáculas. A inclusão da poesia e da oratória sacra no universo do livro tornara-se dado adquirido. Até então, este género de textos não era considerado nos catálogos bibliográficos em latim. Não se trata, por conseguinte, do simples registo de formas de expressão oral, mas do reconhecimento da entrada de géneros da oralidade e do ouvido no mundo do escrito e do livro, reconhecimento que não se verificava ainda noutros géneros, mesmo impressos, mais efêmeros e marginais, como os que asseguravam a circulação de vozes, novidades e saberes proverbiais (Amado, 1997, pp. 33-34).

Estamos perante uma aparente contradição. Por um lado, sabe-se que um texto lido em silêncio não resulta como um texto ouvido e que uma palavra dita sobrevive apenas na memória de quem a ouviu. Por outro lado, essa diferença não torna o texto escrito impermeável à oralidade, nem permite ver em testemunhos escritos de práticas orais a reprodução de momentos de comunicação espontânea e independente da cultura escrita. E não se passa mecanicamente de um tempo em que poucos textos são lidos muitas vezes a outro em que muitos textos são lidos uma só vez. Alargara-se a possibilidade de ler repetidamente, de confrontar, de corrigir e de denunciar.

Atenção ao que se ouve e sobretudo ao que se escreve. Como é afirmado num manuscrito com conselhos de um tio a um sobrinho, copiados em 1750 com o título

«Sentenças de fiel razão...», «[...] Ainda que no falar tenhais descuido, no escrever tende reparo, que um pode esquecer, e negar-se, mas o outro convence-se, e sempre consta, que muitos perecerão pelo que haviam escrito, e outros ficarão bem sendo que havião falado mal.» (BL, Add. Mss., nº 15168, fls. 11v-12).

5.1 O ACESSO AOS TEXTOS

«E a che tte serve poi sto scrive e llege?
Làsselo fà a li preti, a li dottori,
a li frati, a li Re, all'Imperatori,
e a cquelli che jje l'obbriga la lègge.»

Giuseppe Gioachino Belli, *Sonetti*, nº 1596

O acesso à cultura escrita, crescendo, cria novas distinções. O conjunto mais vasto é o dos que a ela acedem indirectamente, ouvem as narrativas, os sermões, os versos, e pedem ajuda cada vez que têm de participar em algum acto que implique a necessidade da escrita. Destes, alguns poderão ainda reconhecer pequenos textos, ou reproduzir uma assinatura desenhada. Sectores mais restritos tem capacidades que podem exercitar no quotidiano, mas raramente em leituras extensas. Menor é certamente o número dos que têm acesso directo ao conjunto das leituras disponíveis, as encontram e porventura as colecionam, por compra ou por cópia. Estes diversos níveis correspondem também a graus diferentes de transporte da leitura para o domínio privado (Imagem 4).

Comecemos, assim, por procurar elementos sobre as capacidades de leitura, não associadas necessariamente a formação escolar, buscando a sua aplicação e como evoluem e se distribuem. Um quadro muito geral é conhecido para grandes regiões da Europa moderna, embora em Portugal os dados sejam dispersos (cf. Silva, 1993; Barata, 1993; Magalhães, 1994). Esses dados mostram o alcance dos textos impressos em geral, vendo-se que, à parte os grupos mais escolarizados, o conjunto daqueles que podem compreender textos escritos, sendo restrito, é mais complexo do que se poderia imaginar. Não é apenas o religioso, o boticário ou o homem de leis que pode desempenhar o papel de mediador da cultura escrita, mesmo em localidades do interior.

Ao contrário do que acontecera até então, no século XVI definem-se regras tentando impedir o acesso a cargos públicos, nomeadamente na administração local, a pessoas que não soubessem ler e escrever. Mais do que a duvidosa eficácia imediata dessas decisões, notamos a mudança de modelo de proximidade com o poder. Em 1592, António Dias, embora não soubesse ler, ainda será tesoureiro da Câmara do Porto. Mas

três anos depois, o lugar de almotacé é-lhe recusado explicitamente por causa dessa sua incapacidade. Em 1650, Domingos de Sousa, barbeiro, representante escolhido do povo na Junta das Décimas do Porto, é impedido de tomar posse desse lugar pela mesma razão (Silva, 1986, p. 113) **(Imagem 5)**.

No início do século XVIII a exigência de se saber ler e escrever aparece no Regimento da Mesa dos Ofícios de pedreiro e de carpinteiro para todos os que ocupavam um lugar de responsabilidade nas corporações. O mesmo se passa em documentação de outras corporações como a de São Miguel, que incluía livreiros, luveiros, chapeleiros, entre outros, ou a de Nossa Senhora da Conceição (seleiros) ou a de Nossa Senhora da Graça (pasteleiros), as das Santas Justa e Rufina (oleiros e chocolateiros) ou a dos vidreiros. As regras não implicam a transformação efectiva do perfil e formação dos que ocupam cada cargo. Conhecem-se exemplos que provam tensões e resistências, ainda em meados do século XIX (Monteiro, 1996, pp. 124-126; Fernandes, 1994, pp. 35-36), mas a pressão da cultura escrita é patente **(Imagem 6)**.

Entre o fim do século XV e os inícios do XIX, a discussão sobre a necessidade de saber ler e escrever deslocara o seu objecto. Já não estavam em causa apenas os responsáveis pela administração mas os súbditos (e cidadãos) em geral, questão explícita nas discussões sobre o perfil do cidadão que tiveram lugar durante as Cortes Constituintes em 1821.

Poder / Saber ler

A existência, ainda no século XIX, em Portugal, de taxas de iliteracia superiores a 75% (ou mesmo de 80%), faz-nos pensar na proposta de divisão da Europa em três regiões distintas (Cipolla, 1969; Chaunu, 1971). Portugal pertenceria à terceira Europa, a Europa do sul e do sudeste, católica e ortodoxa. Neste grupo estariam a Espanha, a Itália, a Hungria, a Grécia e a Roménia, entre outros países, todos com percentagens muito elevadas de iliteracia, contrapostas às do norte protestante, em particular nos países escandinavos, onde mais de dois terços da população adulta teria já capacidade para ler autonomamente.

Aí a leitura abria o acesso individual (ou em família), à Bíblia em línguas vernáculas. Em cada casa pelo menos uma pessoa deveria ler para todos. O caso extremo seria o da Suécia onde, no início do século XVIII, uma população pouco urbanizada tinha atingido níveis quase universais de literacia (Graff, 1987; Houston,

1988, p. 151). No final esse século, segundo Houston (1988, p. 132), a Escócia teria também atingido níveis semelhantes e a Inglaterra também estaria no topo desta escala no final do século XVII, em paridade com a Suécia, os Países Baixos ou a Confederação Helvética (Cipolla, 1969, p. 61; Stone, 1964, p. 68; Munck, 2000, cap. 3).

O conjunto de factores que condicionam estas diferenças não depende apenas da separação entre mundo católico e mundo protestante. Relaciona-se com comportamentos demográficos e familiares, formas de controlo social, clima, organização económica e produtiva, instituições e práticas políticas e culturais, bem como com as atitudes religiosas (Stone, 1969). É relevante a cultura religiosa e as práticas que lhe estão associadas, mas não de modo exclusivo. A Baviera e o Tirol, como a cidade de Milão ou, em menor escala, as cidades de Reggio Emilia, Modena e Bolonha apresentam altas taxas de alfabetização no século XVIII (Marchesini, 1985, pp. 126-127). O caso da França é exemplo de realidades distintas, separadas por uma linha diagonal Saint Malô / Genève. A sudoeste, com taxas de alfabetização globalmente inferiores a 30% ainda nas vésperas da Revolução, incluem-se zonas de influência protestante (Chartier *et al.*, 1976, p. 106), com excepções que marcam contrastes nítidos como os que opõem o Dauphiné ao Var (Garnot, 1990, pp. 28 e 159).

É também o caso da Flandres, onde Bruxelas só em meados do século XIX atingirá os níveis de literacia já presentes em várias cidades holandesas desde 1600 (Houston, 1988, p. 138), ou o caso da Prússia, com as suas comunidades polacas católicas e as alemãs luteranas e judaicas. Considerando o caso dessas comunidades católicas, os níveis de literacia eram no século XVIII bem mais elevados do que os que existiriam na Irlanda ou em Portugal, ainda no século XIX.

Acresce que o processo de entrada da cultura escrita na vida das comunidades não foi uniforme ou regular. Ao longo destes séculos, mudam as situações e mudam também as diferenças e as relações. O crescimento geral é inegável, mas os factores sectoriais que provocam a sua aceleração ou bloqueio mudam. A própria noção de escolarização ou de iliteracia mudara nesse intervalo, bem como a associação entre essas noções e a de exclusão social (Goody, 1968, pp. 11-20). Em parte, o fenómeno das novas exclusões comprova o crescimento global das práticas de leitura e escrita (Imagem 7).

As ordens de grandeza da literacia de cada comunidade ou grupo social na Europa moderna têm sido avaliadas pela quantidade e qualidade de assinaturas em documentos oficiais. Indicador discutível e discutido (Marchesini, 1985, pp. 86-88; Gibelli, 1987, p. 9; Houston, 1988, p. 127; Bartoli Langeli, 1989, p. 4), mostra uma capacidade concreta,

representada num acto simples e implica a associação entre duas capacidades então bem separadas, tanto conceptualmente como a nível da formação, a da leitura e a da escrita.

As solicitações quotidianas da cidade não implicam leituras correntes a quem não tem livros e ainda menos frequente é escrever, mesmo para quem tenha tido alguma forma de escolaridade. Há, pois, uma distância entre as capacidades detectadas e a sua aplicação fluente. Fica-se, assim, a saber que existe um universo de possibilidades de acesso aos textos. Alargavam-se os públicos para quem a cultura escrita estava presente e relativizava-se em parte o poder de quem tradicionalmente fazia as mediações.

A separação das duas capacidades deve ser entendida à luz da época, com a seguinte precisão: isolar metodicamente a capacidade de leitura permite, ainda assim, admitir que quem assina tendencialmente também lê. Já o contrário pode não ser verdadeiro. A escrita era muito menos necessária ao dia a dia da maior parte dos homens e das mulheres até ao século XVIII. Apenas uma parte de quem aprendia a ler aprendia também a escrever, em cursos que tinham custos acrescidos.

Alguns dados parcelares fornecem uma imagem convergente para a Espanha do século XVI. Cidades como Madrid, Toledo ou Córdova podem ser comparadas com as do norte da Europa, ou com Paris. Tratando fontes de tipo diferente, Benassar (1983) e Larquié (1981 e 1987) estimam que em Madrid cerca de 40% da população adulta saberia ler. A amostra é reduzida e parcial e, no século XVI, Madrid era uma cidade relativamente recente, pequena e fortemente administrativa. Mas ainda que os resultados fossem mais modestos, estaríamos perante um número significativo de pessoas capazes de assinar pela sua própria mão. Já em 1771, nas capitais provinciais, os níveis inferiores de alfabetização andariam pelos 28% para os homens e 10% para as mulheres (Aguilar Piñal, 2005, p. 118). Como seria de esperar, a iliteracia incide sobretudo nas mulheres e nas populações rurais. De resto, há uma realidade complexa a considerar. A acreditar nestes estudos, só depois do século XVII se teria verificado o afastamento entre a Europa do norte e a Península Ibérica. Não se trata de revalidar antigas teses sobre os males do seiscentismo ibérico, mas de considerar alguns dados comparativos.

A situação das cidades portuguesas durante o século XVI seria semelhante à das Espanholas. Nos seus traços principais, as grandes cidades ibéricas têm uma história comparável. Tornam-se importantes pontos de contacto entre a Europa e o mundo nos séculos XV e XVI e partilham os mesmos factores considerados relevantes para explicar a evolução verificada: a repressão das comunidades judaicas, a crise dos anos 1630,

bem como os efeitos contraditórios das reformas anti-clericais dos séculos XVIII e XIX, que tiveram efeitos muito sensíveis nas estruturas de ensino (Imagem 8).

O exemplo do Porto, embora as fontes em que se apoia tenham uma representatividade mais reduzida, parece corresponder ao que é apresentado por Bennassar, Viñao Frago e Larquié. Em meados do século XVII, comerciantes e artesãos desta cidade têm níveis de literacia semelhante aos de Madrid. Cerca de dois terços consegue ler (Silva, 1986, p. 150), nível muito mais elevado do que os mesmos grupos sociais em Lecce, na mesma época (respectivamente 26 e 18%) (Frascadore, 1991, p. 123) ou em Turim, ainda no início do século XVIII - 53% entre os comerciantes e apenas 11% entre os artesãos (Duglio, 1971, p. 509).

Noutro estudo que se debruça sobre mais de 5000 assinaturas feitas ao longo do século XVII, em livros de denúncias da Inquisição e nos Cadernos do Promotor, as conclusões são mais ousadas, sustentando-se a ideia de que a maioria dos que estavam envolvidos nos processos que estas fontes referem podia fazer e fazia uso de capacidades ligadas à cultura escrita (Marquilhas, 2000, pp. 83-133).

Esta amostragem, apesar do seu carácter parcial, reforça a convicção da não-linearidade da evolução. Ao longo do século XVII, nestas fontes, nota-se uma diminuição da percentagem de assinaturas entre os homens, não explicável apenas pela diminuição de testemunhos de religiosos. Quanto aos resultados gerais, comparando-os com os números obtidos em Espanha a partir de fontes semelhantes, pode-se concluir que em Lisboa, mais do que em Coimbra ou em Évora, e sobretudo entre a população masculina, a presença da cultura escrita era considerável.

Já nos arredores da cidade do Porto a situação é muito diferente, com níveis de literacia fracos, comparando com o que se conhece para Espanha ou França entre fins do século XVI e inícios do XVII (Silva, 1986, p. 141). A comparação pode ser feita, já no século XVIII, com os níveis de iliteracia identificados para Angers, Mans, Nantes (90% entre os vinhateiros, 80% entre os jardineiros) e em Paris os 96% de analfabetos entre os mendigos (Garnot, 1990, p. 28).

Com níveis gerais de literacia sempre fracos ao longo deste período, pode ver-se que a capacidade de leitura vai penetrando em grupos sociais diversificados. Ainda na cidade do Porto e arrabaldes, no fim do século XVI, inícios do XVII, os conselheiros dos ofícios que sabem assinar pertencem a mais de vinte ofícios diferentes. Entre caixeiros, tecelões, douradores e ferreiros há quem saiba ler. As percentagens crescem entre alfaiates, cordoeiros, seleiros, violeiros e ourives, onde são mais de 85% os que

sabem assinar, atingindo a totalidade entre os que se dedicam ao comércio de longa distância (Silva, 1986, p. 149).

A leitura separava então, mais do que antes acontecia, as grandes cidades (Lisboa, Porto e Coimbra) de um lado, e as pequenas cidades do outro e, sobretudo, os meios urbanos e meios rurais. Em exemplos extraídos de cerimónias de casamento, ao longo do século XVIII, em Santa Justa, uma paróquia central de Lisboa, em registos onde os noivos ainda não têm de assinar, a maioria das testemunhas assinam pela sua mão. A soma dos que assinam de cruz e os que desenham mal o nome é inferior a 1/3 do total, após eliminar as repetições. Mas o que torna este caso interessante não é o aspecto quantitativo, mesmo se o universo populacional considerado atinge várias centenas. A escolha de testemunhas podia tender a privilegiar pessoas com as características adequadas ao acto. Muitas vezes escolhem-se escritvães ou religiosos. Mas também existem cordoeiros, alfaiates, serralheiros ou militares. E nos casos em que a testemunha, ou uma delas, não sabe assinar, aparecem por exemplo marinheiros ou criados (ANTT, ADL).

A maior parte dos noivos escolhe testemunhas entre membros da sua família ou vizinhos, mas há também os casos, mais raros, em que quem faz esse papel é alguém da própria paróquia, o tesoureiro, por exemplo. A situação parece, assim, ser bem diferente da que, na mesma época, é corrente em Turim, por exemplo, onde apenas os filhos da nobreza, de militares, de juristas ou de médicos tinha consigo, como testemunhas, pessoas de família ou amigos (Duglio, 1971, p. 495).

Se, no caso da paróquia de Santa Justa que estudámos, o número de testemunhas da própria paróquia é reduzido, é igualmente raro que os casais apareçam para casar sem testemunhas. As excepções são, compreensivelmente, casos de pessoas nascidas fora de Lisboa, ou sem família próxima, ou escravos ou filhos de escravos. Em 1701, por exemplo, um escravo e uma preta forra casam-se e apresentam testemunhas que assinam de cruz. É uma situação que se repete noutros casamentos de negros até ao fim do século. Não sabemos quantos paroquianos sabiam ler em Santa Justa, no século XVIII. Mas sabemos que a grande maioria tem, na família ou amigos, alguém que fornece acesso à cultura escrita (ANTT, ADL) [\(Imagem 9\)](#).

Também em Lisboa, numa paróquia periférica onde os habitantes ligados à agricultura são mais numerosos mas onde há também famílias nobres e comerciantes, a percentagem de testemunhas que assina correctamente é um pouco mais baixa, mas ainda assim superior a dois terços. Devemos lembrar que neste acto, como noutros actos

notariais, as testemunhas são quase sempre homens. As mulheres também o podiam fazer. A legislação permite-o e as exceções existem. Num casamento realizado na paróquia da Ajuda, em 1703, entre Francisco Simões, natural da vila de Esgueira, e Josefa Maria, natural de Almada, as testemunhas são um soldado da Torre de Belém (que assina com dificuldade) e a sua mulher, Isabel de Figueiredo, que desenha uma cruz (ANTT, ADL).

Outro caso singular é o do mulato liberto, filho de uma escrava e de pai desconhecido, a quem chamavam o Saramago, por ser o nome do provável pai, proprietário da sua mãe. Homem do mar, morava na Caparica e, em 1711, com 29 anos de idade, é preso por diversos assassinatos que terá cometido. Embora com uma caligrafia pouco segura, o Saramago assina. Na realidade, não sabia ler nem escrever, mas aprendera a desenhar o seu nome, de acordo com o seu testemunho em 1712, perante os inquisidores do Santo Ofício, para onde fora transferido por denúncia de práticas contrárias à fé católica (ANTT, IL, nº 11801). Deste episódio, com o exemplo da assinatura de quem não sabe ler, salienta-se a expectativa dos inquisidores, para quem essa não correspondência não é comum.

Pode dar-se, como em Ronfe, que pessoas cuja assinatura não é segura, ainda assim saibam escrever e ajudem ocasionalmente os vizinhos quando estes precisam de redigir algum documento. Vários casos deste tipo são identificados em Oleiros (1744) e na Lourinhã (1755). Num testamento de 1747, em Mesão Frio, explicita-se: os que sabem ler assinam ou colocam um sinal que os identifica, enquanto os que não sabem ler desenhavam uma cruz (Magalhães, 1994, p. 419).

Na paróquia de São Nicolau, no Porto, na primeira metade do século XVIII, os noivos já assinam os actos de casamento. Ribeiro da Silva estima que 36% destes noivos sabia assinar, número que sobe a quase 60% entre os homens apenas (Silva, 1991, p. 455). Em zonas rurais da mesma região, como em Melres e em Aguiar de Sousa, a alfabetização masculina não ultrapassa os 25% (Barata, 1993, pp. 83 e 104). Sobressai a diversidade social, tanto entre os que assinam como entre aqueles que têm filhos a estudar. Em Aguiar de Sousa, em 1764, a maioria dos estudantes num total de 125, com 9 anos e mais de idade, tinha pais lavradores. Entre os outros, cerca de 17% eram filhos de militares, 11% filhos de nobres e de proprietários, três eram filhos de artesãos ou de rendeiros. Um terço destes pais não sabia assinar ou fazia-o com dificuldade (Barata, 1993, p. 159).

Nos concelhos limítrofes das maiores cidades há diferenças nítidas. São fortes os níveis de literacia entre os representantes (nomeadamente juízes e ouvidores) dos que se dedicam a profissões ligadas ao comércio e à indústria, podendo ultrapassar os 75%. É o caso de Matosinhos e Azurara entre finais do século XVI e meados do XVII. Em contrapartida, entre os representantes dos que se dedicam em exclusivo (ou quase) à agricultura, mesmo se conselheiros municipais, os níveis são muito fracos. Em Bouças, por exemplo, nesse mesmo período, apenas um entre 38 designados ouvidores e juízes assina o seu nome (Silva, 1986, pp. 123-125).

A evolução apenas é observável no universo limitado dos ouvidores e juízes, assinando correntemente em Aguiar de Sousa. Cresce o seu número de 44% em fins do século XVI, inícios do XVII (Silva, 1986, p. 123), para 62% em meados do século XVIII e mais de 87% já na segunda década do século XIX (Barata, 1993, p. 90). No entanto, normalmente, o funcionário das paróquias de Aguiar de Sousa é alguém que, ainda na segunda metade do século XVIII, não sabe ler (Barata, 1993, p. 218).

A progressão é lenta mas nota-se alguma penetração da cultura escrita mesmo em meios rurais nos finais do antigo regime. Nas províncias do Minho, Trás-os-Montes e das ilhas dos Açores, no início do século XVIII, em muitas casas havia quem soubesse ler (Magalhães, 1994). A distribuição desigual de capacidades explica este resultado, uma vez que as taxas são maiores na população masculina e aumentam quando considerados apenas chefes de família e os filhos mais velhos.

O papel dos clérigos pode ainda ser relativizado. Em 1795, o visitador de Vila Real considerava que uma grande parte dos religiosos tinha problemas com a escrita. Corresponde a uma ideia difundida de falta de preparação dos clérigos. Isso não diminui a sua importância como mediadores mas põe em causa sobretudo a qualidade e extensão dos estudos feitos nos seminários onde se haviam formado aqueles religiosos (Magalhães, 1993) **(Imagem 10)**.

Quem pode, então, ler e escrever? Em Melres, na segunda metade do século XVIII, assinam sem problemas nobres, religiosos, letrados vários, boticários, cirurgiões e professores que, em conjunto, são cerca de 40% de quem participa nos actos da amostra. Destes, a maior parte (cerca de 1/3 do total) é composta por religiosos, incluindo estudantes. Ou seja, mais de metade tinha outras ocupações ou origens sociais. É significativa a presença de militares, funcionários superiores e oficiais dos ofícios, com uma maioria a assinar perfeitamente. Incluem-se neste grupo pedreiros, carpinteiros, cordoeiros e ferreiros. Um grupo, mais reduzido, onde também a maioria

sabe assinar, é o dos comerciantes, enquanto entre os que são apresentados como proprietários apenas 40% assina sem dificuldade.

Em contrapartida, é entre os criados, os trabalhadores agrícolas e aqueles que não são definidos socialmente (muitos dos quais são possivelmente jornaleiros) que se encontra a grande maioria dos que não são capazes de assinar (Barata, 1993, p. 191). Mas mesmo entre lavradores e caseiros há quem assine correctamente. O que neste grupo é notável, como entre os comerciantes e os proprietários, é o grande número de assinaturas pouco seguras (cerca de 1/3), o que pode ser resultado da clara separação entre capacidades de leitura e prática de escrita (Barata, 1993, p. 192). Conclusões semelhantes são possíveis a partir dos estudos de Ronfe e Poiães, no norte, e de São Mateus, nos Açores, onde muitos dos que sabem ler são pequenos proprietários ou mestres artesãos (Magalhães, 1994).

Mais raramente se encontra entre criados quem saiba ler e escrever e há até escravos no Brasil que, no final do século, se correspondem por escrito com os seus proprietários. Durante o processo da Inconfidência Mineira, em 1792, o escravo Alexandre é acusado com o seu amo, o padre José Oliveira Rolim, porque teria escrito por ele uma carta comprometedor, dirigida a Domingos de Abreu, outro acusado. Acabou por ser absolvido por o juiz achar que ele não era capaz de entender o sentido do que tinha escrito (BL, Add. Mss., nº 15190, fls. 57v-58). Já para o século XVII Rita Marquilhas (2000, p. 123) registara um número significativo de criados, aprendizes, jornaleiros e mesmo de escravos com capacidade para assinar. A percentagem parece exagerada (30% em Lisboa e 15% em Coimbra), mas o simples facto de haver casos destes é de reter, até tendo em conta atitudes como as de Maria Gualter, mulher de um mercador de carvão, registada em 1667. Tendo declarado que sabia ler e assinar, Teve de ser substituída pelo notário por não se mostrar capaz (Marquilhas, 2000, p. 117). Noutro exemplo, é uma «mestra de meninas» que não sabe assinar (*Ibidem*, p. 118).

A distribuição heterogénea dos que sabem ler e escrever permite um acesso generalizado aos textos que circulam no interior de diferentes estratos sociais, mesmo se a grande maioria da população continua a ser iletrada. O que se disse sobre a existência de alguém que lê, em cada círculo ou família, é de certa forma confirmado pelo manuscrito «Sentenças de fiel Razão tiradas pela experiência própria», copiado em 1750 por António Fortunato de Sousa Bastos, onde se menciona o acesso das raparigas aos livros e aos bilhetes com recados. Trata-se de um texto satírico tradicionalista onde se tem por desgraça o casamento e, pior ainda, o ter filhas. Por isso se deve entender o que

está escrito como sinal de medos e de lugares comuns difundidos e não como montra da sociedade portuguesa. Mas a questão da leitura por mulheres era um tema de grande discussão em toda a Europa e também em Portugal. Para Sousa Bastos está-se perante um problema sem solução: «nisto de lerem (as filhas) vos não sei aconselhar, porque se não sabem, buscam quem saiba, e vai-se empenhando a fama, e se sabem fica-lhes fácil o que sempre desejam (...)» (BL, Add. Mss., nº 15168, fl.6 v).

Liam-se cartas, bilhetes com recados e livros, certamente, mas também cartazes, anúncios, tabuletas, pasquins, versos copiados, almanaques ou prognósticos, jornais e sermões, livros de reza e panegíricos, decretos e denúncias. Multiplicam-se as formas de leitura, as suas ocasiões e os seus efeitos. A multidão delirava com os versos, as peças de teatro e canções, as críticas e histórias que circulavam na boca e nos papéis dos cegos. Repetiam-se os trechos que se tinha decorado e ajudava-se a memória e o prazer lendo o papel comprado (Lisboa, 1999, p. 147). Dezenas de folhetos contavam com a condescendência da censura e o interesse de um público socialmente muito variado. A própria gazeta conta com uma nova realidade quando publica anúncios oferecendo trabalho a artesãos ou operários, no final do século XVIII. Esses artesãos ou operários tinham pois de saber ler ou de estar nos lugares onde se lia esses anúncios.

Também a leitura de cartazes funciona para um público muito alargado. Um episódio dá conta do seu alcance. Em 1774, um impresso afixado em várias localidades do norte, sem licença por gente muito zelosa, anunciava a concessão de indulgências a quem se deslocasse ao Bom Jesus de Braga. Para as autoridades o problema não era que a notícia fosse falsa, mas que fosse afixada, desencadeando uma cadeia de efeitos indesejáveis, «Pode concitar tumulto no dito lugar (...) Aparentes hospedarias são públicas estalagens e teatros de farsas e galhofas incompatíveis com o culto divino». Claro que também não era pouco relevante o facto de se afixar um papel sem autorização (ANTT, MR, mç. 288, cx. 385) **(Imagem 11)**.

A expansão da leitura cria, assim, uma contradição essencial. Por um lado, passa-se de uma situação em que o escrito era quase completamente exterior à vida da maioria das pessoas, a uma outra situação em que o escrito é o modelo de comunicação, exercendo uma pressão efectiva sobre a vida de cada um. Por outro lado, a expansão da capacidade da leitura não acompanha essa pressão e torna-se um poderoso instrumento de dominação social, seja pelo controlo do funcionamento do sistema de ensino, seja pela selecção daqueles que acedem a esses saberes. Cada um destes processos tem as suas próprias contradições como veremos adiante. Estes aspectos permitem esclarecer

um pouco a questão do afastamento progressivo entre Portugal e os países do norte da Europa.

Mesmo entre os que, como homens do campo, estão normalmente afastados das letras, os textos escritos são já um instrumento necessário, tanto para informação própria, como na sua relação com o poder. Como os lavradores de Beja que, em Setembro 1793, na sequência de uma situação de grandes secas, escrevem pedindo ajuda ao governo para abastecer a cidade e assegurar as sementeiras do ano seguinte. Nessa petição, em seis páginas de assinaturas, a maioria desenha uma cruz (Silbert, 1966, vol.1, p. 541).

Pelos mesmos anos, outras petições e reclamações de proprietários rurais mostram a crescente penetração da escrita no campo. Em documentos contra a carga fiscal escritos por agricultores do centro do reino, muitos desenhavam cruces no lugar das assinaturas. Mas nalguns desses documentos (embora excepcionalmente), mais de três quartos dos subscritores assinava correctamente o seu nome. É o que se passa em Monsanto, em 1785, aquando de um conflito em torno de pastos, onde apenas 22 dos 101 participantes colocam uma cruz no lugar do nome. Isto seria a expressão, não generalizável, do desenvolvimento de uma pequena e média burguesia rural no centro de Portugal (Tengarrinha, 1983, p. 28; Tengarrinha, 1994, p. 191).

Nestes movimentos, como nas movimentações anti-senhoriais dos anos 1770 a 1780, os documentos são normalmente redigidos por juristas, por clérigos ou por homens de letras, da família ou próximos dos agricultores que se manifestam ou fazendo eles próprios parte ou dirigindo os movimentos (Tengarrinha, 1994, pp. 101 e 183). Esta relação entre proprietários com um pouco de instrução, o clero rural, a intelectualidade local e os camponeses cuja maioria era totalmente iletrada é um elemento importante para entender o lugar da cultura escrita no quotidiano e nas relações de poder no século XVIII.

A escola com novos públicos

Ao longo dos séculos de que aqui nos ocupamos, o ensino da leitura e da escrita não é exclusivo da formação dos religiosos ou das profissões intelectuais. Aprendem certamente os que devem ocupar cargos de responsabilidade mas aprendem também muitos dos que se espera sigam as profissões dos seus pais cordoeiros, barbeiros, carpinteiros ou tanoeiros.

A expansão do número de escolas para os vários níveis etários é notória, tratando-se predominantemente de aulas dirigidas por ordens religiosas ou por párocos nas suas paróquias, associadas ao ensino do catecismo. Sobretudo após a introdução da Companhia de Jesus que cria novas escolas e que assume a direcção de escolas já existentes, esta rede alarga-se consideravelmente e a sua extinção no século XVIII vai ter repercussões em todo o sistema. Não é, pois, sem razão que a imagem que associa ensino e vida religiosa se manterá como dominante até ao século XIX (Imagem 12).

João da Costa, professor e futuro (efémero) director do Colégio das Artes de Coimbra, em carta de 29 de Abril de 1549 dirigida ao rei João III, dá conta dos receios de que têm conhecimento: «Eu fui falar com o reitor do Colégio [de Jesus] e lhe disse algumas cousas que se dizem por fora e (...) lá ele me respondeu que sua profissão e cuidado era induzirem e chamarem todos, assim grandes como pequenos, a servir a Deus na Religião (...), e que folgaria que todos os nossos colegiais fossem convertidos para se meterem na sua Religião. Não sei, Senhor, se trará isto dano ao Colégio de V.A., porque alguns pais não ousarão mandar seus filhos, temendo de se meterem na Religião» (*apud* Dias, 1969, p. 560).

A atracção pela vida religiosa causa problemas? Este é um tema recorrente quando se discute a educação elementar, a opinião contrária aparece defendida pelo jesuíta Alexandre de Gusmão em 1685. Diz que todos devem saber ler e escrever e que não é um mal se alguns forem levados a escolher a vida religiosa. Declara até que nenhuma vocação deve ser contrariada e que o crescimento do número de religiosos é desejável.

Não fora a pensar na formação de religiosos que se criara o Colégio das Artes em meados do século XVI (Dias, 1969, pp. 560-561). Aspirava-se ao desenvolvimento dos estudos das primeiras letras e das humanidades, protegidos pela Coroa. Qual a utilidade entendida para estes estudos? A tensão entre armas e letras é confirmada numa carta de António Pereira Marramaque, testemunhando a reacção daqueles que, na velha nobreza, recusam as vantagens de ter os filhos a estudar. «Parece-vos que estarei eu bem aviado não ter mais que um só filho e este falar latim?» (*apud* Dias, 1969, pp. 727-728). *Topos* resistente, mobiliza autores como Sá de Miranda, João de Barros e Frei Luís de Sousa contra a ideia de antagonismo entre a destreza do guerreiro e o gosto dos livros. Ainda é discutido por João Pinto Ribeiro no século XVII, retendo necessário voltar a explicar a prioridade das letras na formação de quem governa, em texto que ainda será reeditado no século XVIII (Ribeiro, 1645).

As elites portuguesas tinham entretanto a oportunidade de enviar as suas crianças para novas escolas, criadas a partir do segundo terço do século XVI. Em Lisboa havia então cerca de 30 escolas de primeiras letras. Por volta de 1560, quando a Companhia de Jesus já assume a direcção do Colégio das Artes de Coimbra, haveria cerca de 1000 estudantes, ou mesmo 1500, entre os quais muitos filhos de nobres, a acreditar no testemunho de João da Costa no seu processo da Inquisição. Este número será duplicado até ao fim do século (Vasconcelos, 1941).

Nos Açores os estudos elementares concentravam-se inicialmente nos conventos franciscanos, alargando-se depois para escolas de jesuítas e agostinhos, sobretudo em São Miguel, envolvendo uma rede de dezenas de mestres em todo o arquipélago (Enes, 1991, p. 95). Em Lisboa, Coimbra, Évora e Braga, no final do século XVI, só nos colégios de jesuítas, haveria mais de seis mil estudantes. Uma tal expansão implicava problemas a nível da formação dos mestres necessários, o que era reconhecido pelos provinciais da Companhia, quando descreviam as salas de aula onde se acumulavam os alunos.

João de Barros é testemunha, em 1540, da pressão exercida sobre o sistema de ensino e do facto que uma parte dos que ofereciam os seus préstimos como mestres, nomeadamente entre os que pretendiam abrir novas salas ensinar a ler e a escrever, não tinham a formação necessária. «Nem todos os que ensinam a ler e escrever são para o ofício têm, quanto mais entendê-la, por clara que seja. (...) Uma das coisas menos olhadas que há nestes reinos é consentir, em todas as nobres vilas e cidades, qualquer idiota, e não aprovado em costumes de bom viver, pôr escola de ensinar meninos. E um sapateiro, que é o mais baixo ofício dos mecânicos, não põe tenda sem ser examinado. E este, todo o mal que faz, é danar a sua pele e não o cabedal alheio; e os maus mestres deixam os discípulos danados para toda a vida. (Barros, 1540, fls. 58v-59).

Quanto à universidade, estima-se que em 1540 Coimbra tivesse cerca de 600 estudantes, número que terá crescido permanentemente nos anos que se seguiram, ao contrário da estabilidade, ou mesmo da regressão que se constata no século XVII em várias universidades europeias (Chartier e Revel, 1978, p. 359). Uma precisão é necessária. Este aumento deve-se muito à evolução de inscritos em Cânones, que atinge o número de 3779 estudantes em 1765/66, o ano mais forte na história da Universidade antes da sua reforma por Pombal, em 1772. Este número representa então mais de 80% do conjunto dos estudantes da Universidade, num total de 4629 inscritos (Vasconcelos, 1941, p. 119; Fonseca, 1995).

Para uma parte importante dos jovens, a formação sempre teve lugar fora da escola. Mas, ao contrário do que sucede noutras zonas da Europa onde, segundo Houston (1988, p. 84), a grande expansão do número de escolas não corresponde necessariamente a um aumento do número de alunos, o grande crescimento verificado em Portugal dificilmente é explicado pela absorção dos que estudavam em casa. A grande virtude dos jesuítas fora a de saber aproveitar uma situação francamente favorável à instalação de novas escolas (Carvalho, 1986, p. 328) **(Imagem 13)**.

Em lugar da ideia de «aprender fazendo», ganha espaço a de «aprender lendo» ou, como dizia João Pinto Ribeiro, a ideia de preencher a falta de experiência pelo acesso à memória escrita (Ribeiro, 1645). As resistências continuarão, visando sobretudo travar a mobilidade social. Ribeiro da Silva descreve as discussões exemplares que ocorreram no Porto, no final do século XVI, inícios de XVII, a propósito da abertura de classes de latim (Silva, 1988). Entre as grandes cidades, o Porto era a única onde os jesuítas não tinham imposto as suas escolas. Três ideias ressaltam deste debate: 1 – uma grande cidade comercial como o Porto não deve copiar o que fazem outras cidades com características diferentes, como Coimbra ou Évora; 2 – os filhos dos mestres dos ofícios devem continuar os trabalhos dos pais, sem se perderem em estudos «inúteis» ou arriscando a sua fuga para a vida religiosa; 3 – finalmente, a cidade não pode acolher uma população potencialmente ociosa como a dos estudantes que chegariam da província.

D. Filipe I e D. João IV irão defender posições diferentes a este propósito. Em termos sociais imediatos, A Restauração da independência portuguesa significa o reforço dos sectores mais críticos da expansão do ensino das letras. Enquanto o rei espanhol resistiu a pressões no sentido do encerramento de escolas e a imposição de critérios de exclusão social explícita no acesso à educação, o monarca que a nobreza portuguesa impõe em 1640 identifica-se com os valores do seu grupo e declara o seu acordo com aqueles que dizem que há escolas a mais no Reino (Silva, 1988, p. 122).

Esta discussão estava ligada a questões mais vastas pois implicava também a contestação do poder alcançado pela Companhia de Jesus. Pelo seu lado, para os jesuítas, se havia que fechar escolas, dever-se-ia começar pelas que não ofereciam garantias de qualidade e que, na opinião da Companhia, eram numerosas entre as mais de quatro centenas de escolas privadas existentes (Carvalho, 1986, pp. 362-363).

A tendência para a expansão do ensino prossegue ao longo do século XVIII e os oratorianos, que até então tinham apenas escolas para os noviços, abrem em 1750 as

suas portas a alunos externos. Nas Necessidades a classe de Manuel Domingues chegou a atingir cerca de 300 alunos (Adão, 1997, p. 26). Em Lisboa, segundo documentos do pagamento das dízimas, entre 1763 e 1769, havia 61 mestres de meninos, além de mestres de ler e escrever e de mestres de gramática (Macedo, 1982, pp. 105 e 312-315). As paróquias onde havia mais professores eram as da Ajuda e de Santa Catarina (nove em cada), Santa Isabel, Santa Engrácia e Santos o Velho (oito mestres).

O lugar que o ensino das letras passa a ocupar na formação das crianças já não estava em causa, sublinhando-se então o seu papel de integração social, patente em manuais então publicados. Por exemplo, num texto que sublinha a aprendizagem em silêncio, da obediência, do amor e do temor, da reverência e da punição, a autoridade de Quintiliano é invocada para insistir na necessidade de as crianças frequentarem as escolas a partir dos sete anos, pois aprender a ler é o fundamento de tudo o mais (Silva, 1644, pp. 60 e 90). As letras sustentavam harmoniosamente a educação moral que as crianças deviam receber desde a mais tenra idade, com textos escolhidos segundo a imitação desejada (Ferreira, 1988, p. 68).

Martinho de Mendonça, que defendia que os meninos nobres deviam estudar em escolas exclusivas, evitando os contactos a que as escolas públicas obrigavam, defende que se deve aprender a ler com a aprendizagem da própria fala, por métodos lúdicos, onde os livros de João de Barros são lembrados (Proença, 1734, p. [235] 340).

É neste clima que se compreende o livro de Manuel de Andrade de Figueiredo, que corresponde a uma longa tradição europeia onde uma atenção especial é dirigida à preparação e imitação caligráfica. O valor deste manual decorre sobretudo do grande número de gravuras que insere e que têm por finalidade o treino e repetição da caligrafia em vários exercícios. Reivindica um estatuto inovador porque pretende ultrapassar o reconhecimento dos signos gráficos, fornecendo um método para a prática da leitura (nomeadamente da leitura em voz alta) e da escrita, ao propor quadros para a aprendizagem das sílabas. A unidade fónica era, assim, base da aprendizagem da leitura e da sua prática (Imagem 14).

Referido como necessário em 1768 por D. Luís António de Sousa quando assume o governo da capitania de São Paulo (Silva, 1986, p. 446), este manual está presente de forma evidente na elaboração de livros de compromissos de irmandades mineiras, ao longo de todo o século XVIII e inícios do XIX (Costa, 2009, pp. 33-38). Alguns desses livros de compromisso são, aliás, muito anteriores à presença de D. Luís António de Sousa. A utilização do manual faz-se na irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila

Rica, em 1725, quase imediatamente após a sua publicação. Nesta, como na irmandade do Santíssimo Sacramento de Sabará, que faz o seu termo em 1745, os paralelos são claros, a nível de capitulares. Noutros exemplos, a utilização do manual é visível pela cópia de decoração proposta como exercício de destreza da caligrafia, como na irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, também em Sabará, já em 1806.

No seu parecer para a censura, Lucas de Santa Catarina sublinhava o interesse destas obras para a expansão do ensino da leitura, incluindo para os adultos e para todos os que pretendem uma aprendizagem mais individualizada, fora de situações escolares (Figueiredo, 1722, «Prólogo» e «Censuras»). A educação que visa os adultos torna-se explícita e inclui o ensino das primeiras letras. Só mais tarde esta preocupação se formaliza, embora Rogério Fernandes a refira antes de 1700, como resultado de necessidades de aculturação tecnológica e de conversão de mão-de-obra em sectores como os exércitos ou a indústria nascente. No entanto, até ao século XVIII, esta formação quase se limita à adaptação a tarefas diferentes (Fernandes, 1980-81, p. 46).

A publicação de livros destinados especificamente a gente sem estudos passa a ser prática ao longo do século. É o exemplo do livro de Azevedo Fortes sobre lógica racional, uma leitura do *Discurso do Método* adoptando a perspectiva de Port Royal, destinado àqueles que tinham tido apenas acesso a uma instrução técnica. Esta lógica de promoção do conhecimento é, como se compreende, polémica. Não há que aprender apenas saberes considerados úteis para evoluir socialmente. A *Escola Popular das primeiras letras*, livro proposto à censura em 1796, contém, segundo Francisco Xavier d'Oliveira, um conjunto de saberes que ele considera inúteis e que, na sua opinião, teriam como resultado situações de incompreensão geral entre alunos e professores e entre estes e o livro (ANTT, DP, Corte, mç. 682, nº12). A inclusão dessas noções ditas inúteis por Xavier d'Oliveira é explicada por o livro querer difundir normas sociais a quem não as pode entender, num propósito de promoção social que leva o censor a mencionar o ridículo do *Bourgeois Gentilhomme*, de Molière.

Nesta altura está-se já longe do debate que tivera lugar dois séculos antes sobre as letras dos que tinham funções na administração e na justiça. Agora discutem-se a utilidade ou os males da alfabetização para todos. Em todo o caso, com razões desencontradas, são muito raros os que efectivamente defendem a generalização dos estudos. Na perspectiva de homens da ilustração, como António Ribeiro Sanches, em meados do século XVIII, os estudos de letras das gentes dos campos era não apenas desnecessária, mas perigosa, regressando aos argumentos antigos sobre o abandono das

profissões úteis ao reino, nomeadamente a agricultura. A inutilidade da entrada nos conventos tornara-se então um dado adquirido.

Os filhos do pastor, do jornaleiro, do criado, deveriam resignar-se a seguir as ocupações dos seus pais e dever-se-iam encerrar as escolas das localidades de menores dimensões. Nessas terras, quem tivesse condições poderia contratar um professor privado ou enviar os seus filhos para algum colégio numa grande cidade. Ribeiro Sanches via o crescimento da alfabetização como uma moda passageira a combater (Sanches, 1922, p. 146).

Em carta de 1759, João Machado de Eça também reage contra a expansão da escola. Dá conta da existência de quase 300 alunos de latim em Guimarães para três professores, números que considera excessivos. O haver a necessidade de bons letrados não significa que todos devam ser letrados. Lamenta que o filho do mestre das tesouras tenha abandonado o ofício do pai em vez de entrar para o clero, levado pelos estudos que começou. E refere até a opinião convergente de um arcebispo de Braga de finais do século anterior, D. José de Menezes, que respondendo a um mercador que lhe perguntava onde devia meter a sua filha como freira, o aconselha antes a casá-la com um caixeiro (Andrade, 1984, vol. 2, p. 132) **(Imagem 15)**.

A lei de 6 de Novembro de 1772, ao lançar os fundamentos do que deveria ser o sistema escolar do Reino, dá no seu preâmbulo voz a preocupações como as de Ribeiro Sanches e de Machado de Eça: para «os que são necessariamente empregados nos serviços rústicos, e nas Artes Fabris, que ministram o sustento aos Povos, e constituem os braços e mãos do Corpo Político» basta a explicação oral do catecismo aos domingos e dias santos (Fernandes, 1994, p. 74). Daqui resultava a correcção do número de pessoas a estimar para o cálculo das escolas necessárias no reino: «se devia formar, como formou, hum cálculo arbitrário das Almas, de que se compõem cada comarca, inferior ao real, para desconto dos que não devem estudar, sendo destinados ao serviço rústico, e humilde do Estado, aos quais é bastante a instrução dos Párocos» (Consulta sobre o estabelecimento dos estudos menores pela Real Mesa Censória, 5.8.1772, ANTT, MR, liv. 362, fl. 110v).

Como noutros países católicos na época (Lucchi, 1985, p. 79), a educação é com frequência via para escapar às difíceis condições de vida de artesãos e trabalhadores agrícolas. Com efeito, a acusação de Machado da Eça de que mal um trabalhador junta algum dinheiro pensa logo em por um filho a estudar pode ser confirmada noutras

fontes. Entre os que, em 1764, em Aguiar de Sousa, eram filhos de carpinteiros ou de lavradores pobres, vários seguiram a vida eclesiástica.

Resistências semelhantes também se encontram então em zonas tão distantes como a Rússia, a Polónia ou a Inglaterra (Houston, 1988, pp. 113-114) e mesmo em França são conhecidas as posições de Colbert contra o número «excessivo» de advogados e de padres que a expansão da escolaridade havia produzido, e o cepticismo de Voltaire face às virtudes de uma alfabetização demasiado vasta. Para a maioria, sobretudo os filhos dos trabalhadores manuais, bastaria aprender a cultivar, escreve no verbete «Fertilisation», do *Dictionnaire Philosophique* (1857, pp. 209-210). Por cada duzentos ou trezentos braços bastaria uma pena (Cf. Payne, 1976, pp. 96-97). Os testemunhos de posições desta natureza são abundantes (Minois, 1995, p. 246; Lucchi, 1985, pp. 33-34, entre outros).

As atitudes das elites laicas estarão frequentemente em contradição com as de religiosos, em França (Garnot, 1990, p. 138). Mas em 1770, a igreja, até então tendencialmente favorável ao ensino generalizado associado à evangelização, mostra as suas dúvidas. A Assembleia do Clero interroga-se então sobre se não será um erro ensinar o povo a ler, expondo-o assim à influência nefasta dos livros filosóficos, que lê mais do que as obras piedosas (Minois, 1995, p. 245). Inverte-se a tendência quando cresce o número de testemunhos favoráveis à educação generalizada entre pensadores laicos, como d'Holbach, Diderot, Mirabeau ou Helvetius.

Mas a pressão no sentido dessa educação é contraditória. Vários movimentos exigem a abertura de escolas, em Portugal, no século XVIII. Alguns desses movimentos são coerentes com as já referidas posições da igreja e resistem à expulsão ou exigem o regresso dos jesuítas. Na Índia, em 1773, ou em Évora, em 1774, os novos professores são ameaçados pela população. Chega a haver violência em Portimão e em Torres Novas, onde haverá feridos entre professores e alunos e onde as autoridades locais se colocam ao lado dos contestatários (ANTT, MR, mç. 288, cx.385; Tengarrinha, 1994, p. 169). Outros testemunhos dão conta do desejo de extensão do sistema de ensino como necessidade social e cultural. Na sua «Memoria sobre a província da Estremadura», José de Abreu Bacelar Chichorro afirma que os povos protestam porque há poucos mestres de meninos, e defende tanto a educação das crianças como a dos adultos (Fernandes, 1980-81, p. 76).

Estas pretensões, de que também se conhecem exemplos noutras zonas da Europa (Marchesini, 1985, p. 100 e 1992, p. 13), levam muitas localidades, ao longo de todo o

século, a enviar petições ao rei, solicitando a abertura de escolas ou a nomeação de professores (Adão, 1997, pp. 29-30). Em 1779, os habitantes da Vidigueira e de Vila de Frades pedem à Coroa o pagamento de um professor. Trinta e seis assinaturas de oficiais municipais sustentam que uma localidade com mil habitantes que, pela sua grande produção de vinho tanto contribuía para o subsídio literário, tinha o direito a ter um professor nomeado e pago pela Coroa (ANTT, MR, mç. 288, cx. 385).

Mais tarde, Lima Bezerra defende o ensino da leitura a todos os homens do campo com o argumento da sua fixação às localidades onde nasceram, citando aliás escritos de Antonio Genovesi para Nápoles. Também no campo se deve saber ler porque «(...) é conveniente o encaminhar os aldeões para a lavoura, publicando-se nos repertórios e folhinhas do ano as novas observações rústicas, que se fizerem; por ser este o modo de as propagar, e de excitar a curiosidade daqueles, que se animam a fazer provas, de cujo génio há muitos, e estes moverão outros». (Bezerra, 1791, pp. 15-16). Censores como João Cristiano Muller em 1795, defenderão posições semelhantes, a propósito da publicação de almanaques, «(...) veículo da propagação de noções e de notícias sumamente úteis e dignas de serem universalmente sabidas, por entre o vulgo, cuja leitura predilecta costumam ser semelhantes folhetos; que pouco custam (...)» (ANTT, RMC, cx. 27)

Já em 1746 Verney defende a existência de escolas para todos em cada rua ou, pelo menos, em cada bairro, não dependentes dos meios económicos das famílias. Criticava, na carta 16 do *Verdadeiro Método de Estudar*, o número de pessoas sem letras em Portugal, e não só entre os mais pobres, que por esse facto se tinham de manter na dependência de outrem. «Nisto há grande descuido em Portugal, achando-se muita gente, não digo ínfima, mas que veste camisa lavada, que não sabe ler nem escrever. Outros que, suposto saibam alguma coisa, não cotejam, o que causa sumo prejuízo em todos os estados da vida (...) Fazem-se escravos de todos os outros, pois, para ajustar contas, conservar correspondências, dependem dos mais.» (Verney, 1949-1953, vol. 5, p. 49) **(Imagem 16)**.

Argumentava que no estrangeiro o número de pessoas de baixa condição sabendo ler era alto e bem considerado, e não apenas por motivos de utilidade imediata. «O mochila, o carnicheiro, o sapateiro, todos se divertem com os seus livros. Esta necessidade é tão clara que todos a experimentam». Porém, para certos olhares, o mesmo já se passa em Lisboa. Jerónimo Mascarenhas Távora, em 1730, no seu *Folheto de ambas Lisboas*, diz, referindo-se aos folhetos que circulam, que «não há chichisbéu

que viva tedioso, antes todos fazem gala de o usarem com regozijo: fazem-lhe cortesia os palacianos, e dão queixas contra o autor, porque não foi largo, e até se lê na casa de pasto, donde o mais gordo taberneiro bebe à saúde do chiste, e lhe faz a razão o maior piantíssimo alfaiate. Não menos decoração, estimação tem em Inglaterra, pois no coche o vai recitando a Madona, na cozinha o escuta a servente, no prado o lê Adónis, e até como oração académica o introduz o mestre de meninos na escola» (*Folheto de ambas Lisboas*, 1730, nº 1, p. 1).

Testemunhos deste olhar trocista sobre os leitores de fraca condição social vão-se repetir, nas comédias, como em escritos mais sérios. Uma história de meados do século XVIII dá conta de um mulato cuja educação fora exemplar e a quem um certo José Pestana diz: «o certo é Manuel, que tu em casa de teu senhor não gastas só tacões nos sapatos, também gastas serões na sua livraria» (ACL, SV, nº 237, fol. 362). Mais tarde, numa censura de 1796, Francisco Xavier d'Oliveira comenta de forma irónica o pedido de publicação da comédia «Suspiros de dama». Nem a religião, nem o serviço da rainha ou os bons costumes seriam prejudicados por esta publicação. «(...) quando muito poderá levemente prejudicar às bolças dos moços e moças de servir que caem na materialidade de gastar o seu dinheiro na compra destes insulsos e ineptos papeis». (ANTT, DP, Corte, mç. 682 nº3).

As moças também podem ler

As raparigas também lêem? Ou também devem ler, como a jovem de condição modesta mas muito espírito, Inês Pereira, personagem vicentina de 1523, que sabia ler, sabia gramática, latim e árabe, mas que acabou por preferir casar com um pobre de espírito, mais fácil de dominar do que a sua primeira escolha, um escudeiro letrado.

Certamente não se apresentam normalmente critérios de utilidade neste caso. No século XVIII, apenas às mulheres que assumiam responsabilidades de chefe de família era reconhecido que deviam saber ler para o cumprimento das suas obrigações (Barata, 1993, p. 238). Diferente é o argumento das necessidades espirituais. Um livro do final do século XVII que valoriza a educação moral e religiosa e a disciplina tradicional vê nas mulheres as mesmas necessidades de educação dos homens, nomeadamente a necessidade de saber ler. «Pode vir aqui em questão, se é conveniente, que as filhas aprendam as artes liberais desde meninas, assim como é certo dos filhos meninos? (...) não só é conveniente, mas mui louvável ensinar as boas artes às filhas desde meninas;

ao menos o ler e escrever devem aprender todas, e as que se criam para religiosas devem aprender alguns princípios de língua latina; porque é isto não só conforme ao uso das nações mais políticas, e repúblicas bem ordenadas, mas também é conforme ao que São Jerónimo ensinou nas Epístolas, que escreveu a Leta, Santa Paula, e outras grandes mães de família.» (Gusmão, 1685, pp. 385-387) **(Imagem 17)**.

Os elogios que se encontram em sermões vão no mesmo sentido. Santa Teresa, menina nobre, teria desde muito jovem aprendido a ler em livros que contavam a vida dos mártires e, pela sua educação, era capaz de discutir qualquer assunto com qualquer sábio (Santo Eliseu, 1740, p. 424).

Excepcional é a posição de Luís António Verney, que defende a educação elementar das mulheres, qualquer que seja a sua posição social. Ao contrário do que se dizia, retém-na útil e todos têm direito ao prazer da leitura. A noção de utilidade é, neste caso, muito ampla. Às freiras será «útil» ler livros latinos. Mas «ainda as casadas e donzelas podem achar grande utilidade na notícia dos livros. Persuado-me que a maior parte dos homens casados que não fazem gosto em conversar com suas mulheres, e vão a outras partes procurar divertimentos pouco inocentes, é porque as acham tolas no trato;» (Verney, 1949-1953, vol. 5, p. 126).

O assunto gera muita controvérsia. Outro Francisco Xavier de Oliveira, o mais conhecido Cavaleiro de Oliveira, vê com desconfiança Clermunda, jovem que gasta fortunas em livros e papéis, sem deixar de ser, como pensa que são as mulheres, superficial e fútil (Oliveira, 1982a, p. 137). A sua atitude é bem representada nos versos populares que cita: «De mula que faz him! / e de mulher que sabe latim, / livre-te Deus e a mim.» (*Ibidem*, p. 140).

Exemplo contrário é o da metáfora de Sofia, no *Feliz Independente* de Teodoro de Almeida (1779, pp. 65-67): para explicar que o inverno podia ser um pouco menos cinzento do que se imaginava, ela descreve o seu salão, onde encontra pessoas interessantes, instruídas e eloquentes, a qualquer hora que se decida, e envolvendo-se em conversas sobre os assuntos que ela própria escolhe a seu bel-prazer. Dir-se-ia um salão onde a senhora recebe e cultiva a conversação elegante com os seus conhecidos. O irmão de Sofia desvenda então a metáfora. Um tal salão não existe pois Sofia refere-se aos seus livros e os seus eloquentes convidados são autores que podem ter falecido há muito. Aqui chegados, os que a ouvem elogiam a sua malícia e o seu espírito.

Curiosamente, outra rapariga de ficção, Lesma, personagem de uma peça de José Daniel Rodrigues da Costa, «Os carrinhos da feira da Luz», fica paralisada e anti-social,

nada faz e nada quer fazer, nem sequer se penteia, quando está a ler o *Feliz Independente* (Costa, 1798, p. 100). Rodrigues da Costa, como os que desconfiam da vontade de alargar a escolarização a trabalhadores manuais, sobretudo os do campo, troça da educação feminina. Ao longo da sua obra jocosa recorre com frequência a uma vasta gama de lugares comuns sobre mulheres, moda, futilidade, perversão, elementos essenciais aos seus efeitos de humor. Se, em cúmulo, a mulher pertence a um meio popular, juntam-se dois efeitos de absurdo: tão ilegítima será a sua pretensão literária como a vontade de ascensão social.

O humor e o calor da discussão levam a crer que estas mulheres são reconhecíveis e existem. Em conventos, certamente. Mas noutros meios também. Num pequeno conjunto de assinaturas de mulheres na cidade do Porto, no início do século XVII, uma parte é tratada por Dona, outras são mulheres de homens de letras ou de mercadores e uma apresenta-se como proprietária (Silva, 1986, p. 143). Já no início do século XVIII, em São Nicolau, ainda no Porto, encontra-se a situação curiosa da filha dum tanoeiro que sabe ler, ao contrário do que sucede com a filha de um capitão (Silva, 1991, p. 457).

Com a acção da Ordem das Ursulinas, lançam-se novos projectos de educação elementar de raparigas, com financiamento e abertura de aulas para meninas e a preparação de professoras para essas aulas. Diversos responsáveis da igreja empenham-se então nesses projectos, entre os quais Manuel do Cenáculo Villasboas em Beja (1779), Caetano Brandão e Caetano do Amaral no Brasil (1788), de novo Caetano Brandão em Braga (1790), António Luís da Veiga em Bragança (1793). No final do século haverá lugares disponíveis para classes de meninas em várias localidades do reino e constituem-se diversos legados (Moncorvo, Elvas, Guimarães, Lamego, Guarda). E em 1799, no seu plano para a reforma dos estudos, Garção Stockler escreve que é necessário prever a educação das raparigas, mas deixa entender que ela não deveria, em todo o caso, ultrapassar a educação elementar (Fernandes, 1994, p. 89; Adão, 1997, pp. 201-206) **(Imagem 18)**.

Apesar das ideias do padre Alexandre de Gusmão sobre a educação feminina, mulheres com o perfil de uma Mariana Alcoforado, religiosa de Beja proveniente de meios nobres rurais são excepção. As que escrevem e publicam dedicam-se sobretudo à poesia e às obras de religião.

Entre as mais conhecidas no século XVIII está a Soror Tomásia Caetana de Santa Maria, com mais de uma dezena de livros de poesia e discursos publicados entre 1743 e 1763. É também o caso de Teresa Margarida da Silva e Horta, irmã de Matias Ayres,

outro homem de letras conhecido pelas suas *Reflexões sobre a Vaidade*. O livro de Teresa Margarida, *Aventuras de Diófanos*, inspirado em Fénelon, conheceu três edições entre 1752 e 1790. A dúvida sobre o seu verdadeiro autor foi lançada com a edição de 1790, alegando-se então que se tratava de uma obra de um outro Alexandre de Gusmão, mais conhecido do que o primeiro, secretário de D. João V, amigo de Teresa Margarida e falecido em 1753. Tanto Inocêncio da Silva como Jaime Cortesão (1950-63, parte I, vol. I, pp. 112-113), como mais recentemente Maria de Santa-Cruz (Horta, 2002) sempre continuaram a acreditar na autoria atribuída no primeiro momento. O facto de Maria de Santa-Cruz levantar a hipótese de ter havido colaboração entre os dois não muda, no essencial, a situação.

Outras senhoras há, instruídas e de boa sociedade, cujos conhecimentos não seriam «úteis» num sentido restrito. Pensamos em Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna, que, antes de ser Marquesa ou Alcipe como autora, usa abundantemente as suas capacidades de leitura e escrita em Chelas, onde está encerrada, na segunda metade do século XVIII. Os seus conhecimentos são, então, inquestionavelmente úteis. Outra excepção, pertencendo ao mesmo círculo de Leonor de Almeida, é Teresa de Mello Breyner, condessa do Vimieiro, a quem António da Cruz e Silva e Nicolau Tolentino, entre outros, dedicam os seus versos. Outras senhoras poderosas tinham livros que acabaram em inventários aquando do seu falecimento. Mas não é seguro que esses livros fossem seus ou que os lessem ou se não os tinham recebido por falecimentos de maridos ou pais. Pelo que as conclusões, se não as eliminam como leitoras, não as podem considerar como colecionadoras (Imagem 19).

É porém certo que as (poucas) escritoras sobressaem num número indefinido de leitoras para dar razão ao que Mercier escrevera no seu *Tableau de Paris*, em 1781: se não se proíbe às mulheres a música, a pintura ou o desenho, porque é que havia de lhes ser proibido o acesso à literatura? (Mercier, 1992, p. 166).

Ter livros e usá-los

Para além da capacidade da leitura, existe o universo dos livros, como a ele se acede, como eles entram no espaço privado. Apenas em parte este universo se relaciona com aquele, mais vasto, de que se falou até aqui.

Um instrumento para avaliar esta transformação é o da institucionalização da censura. Embora a fórmula tradicional dos interditos responsabilize igualmente «quem

ler e quem ouvir ler», a própria concepção dos novos mecanismos de controlo da leitura deixam perceber que o mundo mudou. A censura, tal como se organiza a partir do século XVI, é fruto da imprensa e mostra claramente as diferenças face aos tempos em que o livro era manuscrito. As circunstâncias mudaram no momento da produção, que saiu de escolas e mosteiros e no público visado, que passou a ser um conjunto indefinido e imprevisível de leitores. E mudou sobretudo o número de objectos e momentos a controlar. Mas passou também a haver espaços e profissionais controláveis. Ou seja, a própria institucionalização da censura é uma resposta que procura ser de prevenção, a montante de uma leitura sem mediadores autorizados. O V Concílio de Latrão de 1515 será o primeiro momento em que se estabelece a censura prévia generalizada, ainda antes das medidas de resposta aos textos luteranos.

Mas com a definição dos instrumentos censórios temos um outro testemunho. Entre 1547 e 1551 organizam-se em Portugal as duas primeiras listas de livros proibidos. A primeira é manuscrita e a segunda é impressa. A diferença é-nos explicada na lista de 1551, quando o Cardeal Inquisidor Geral escreve que «(...) sendo nós informado que algumas pessoas não deixavam de ter e ler por livros que são defesos e proibidos por não saberem quais eram os tais livros, mandamos ora imprimir o rol deles abaixo (...)». A lista de 1547, reproduzindo escolhas impressas em Paris e em Lovaina, justifica-se pelo mal que podiam fazer os «muitos livros de autores hereges e outros suspeitosos e danados» se entrassem sem controlo no Reino. Alegadamente para conhecimento «de todos», mandava-se publicar «nos lugares costumados». Ou seja, seria anunciada publicamente mas destinava-se sobretudo a quem devia aplicar a censura. A segunda lista já é explicitamente concebida para leitores desconhecidos, onde quer que se encontrem. A publicidade do acto acompanha a privatização da prática **(Imagem 20)**.

Esta evolução corresponde ao que se passou no resto da Europa, embora de outras formas. A edição do index de Paris de 1544 mantinha ainda texto em latim e devia ser conhecida por um universo restrito de juristas e teólogos da capital francesa. Um ano depois a edição é em francês e destina-se a todos os livreiros de França. Pouco a pouco, com o acrescentar das listas, estabelecem-se novas regras e envolvem-se livreiros e tipógrafos.

Apenas no rol de 1561 se refere a necessidade de vigiar as obras manuscritas, aparentemente fora dos novos circuitos do livro. Em instruções que visam os leitores individualmente, é exigido a cada um que veja na sua biblioteca privada se tem os

títulos que são divulgados, títulos que deverão ser de seguida entregues. Ao mesmo tempo, exige-se-lhe que se abstenha de copiar ou mandar copiar livros sobre Religião sem primeiramente os mostrar a um censor. Ou seja, a Censura procura, por um lado, antecipar os canais de produção e distribuição de livros e, por outro, identifica o lugar do perigo nas colecções privadas.

Verifica-se, assim, um movimento paralelo. O impresso proporciona a entrada do livro na vida privada de muitos, no mesmo passo em que potencia a presença da cultura escrita nos espaços públicos. A maioria daqueles cujo acesso aos textos se limitava ocasionalmente a editais e almanaques, não está em condições de entrar numa obra de maior fôlego, tanto por razões de capacidade de leitura como por razões de disponibilidade material. Acresce que o acesso a muitos desses textos é realizado com frequência em colectivo, graças à mediação oral, enquanto o acesso a uma obra de longa duração é tendencialmente individual e solitária (Furet e Ozouf, 1976, p. 290). Ou seja, se é certo que a maior presença da cultura escrita e das capacidades que lhe estão associadas cria ocasiões novas nos espaços privados, a ocasiões novas não correspondem necessariamente práticas novas. E isto é assim, mesmo se se empresta e se partilha, mesmo quando se podia entrar numa biblioteca conventual ou aceder às estantes de um coleccionador (Imagem 21).

Essas ocasiões têm expressão porque os objectos se multiplicam. A própria noção do que se pode e deve ter em casa muda. Entre os poucos que têm livros, alguns terão obras litúrgicas ou de devoção, livros de reza, vidas de santos. Menos serão os que têm uma bíblia que obriga a saber latim. E menor ainda será o conjunto dos que se dedicam a coleccionar livros. E é nessas colecções que se diferenciam os perfis dos leitores.

A distinção é tanto de ordem quantitativa como qualitativa. Se, para os séculos XVI e XVII, podemos estar a falar de dezenas ou centenas de casas com livros, no século XVIII são milhares os proprietários identificados no levantamento ordenado pela Real Mesa Censória em 1769, não incluindo bibliotecas de casas senhoriais. Embora numa escala muito mais reduzida relativamente a quem sabe ler, repete-se a constatação de que existe alguma diversidade entre quem tem livros. As respostas vêm de todo o reino e reflectem realidades sociais heterogéneas. Entre os que respondem, uma grande parte terá poucos exemplares em casa. O caso de Palmela, estudado por Maria Adelaide Salvador Marques, serve de exemplo. Os 16 proprietários de livros desta localidade, que constituem menos de 1% da população, declaram bibliotecas que contam com entre 4 e 132 obras. A maioria pertence ao clero, e as obras de Teologia e Religião estão

igualmente em maior número. Um bacharel e um cirurgião têm dezenas de livros relacionados com a sua formação (Marques, 1989, p. 47).

Esta tendência para que o jurista seja um leitor marcado quase exclusivamente pelas suas leituras profissionais confirma-se na análise das bibliotecas de nove juristas cujas carreiras decorrem entre finais do século XVII e finais do século XVIII. Para além do lugar maioritário de livros de Direito (mais de mil títulos), ainda se lhes acrescentam os de História e os que se relacionam com Política e Administração. Duas centenas de títulos de livros religiosos não deixam de confirmar o perfil. São nove bibliotecas relativamente homogêneas e semelhantes, com algumas centenas de volumes, muitos dos quais presentes em todas estas colecções. Apenas uma faz excepção, ultrapassando os dois mil volumes, para oito centenas de títulos (Camarinhas, 2009) **Imagem 22**.

Mais variada é a realidade social de outro levantamento, realizado em Mariana, no Brasil, entre 1714 e 1822 (Villalta, 2000, p. 192). Dos inventários realizados (nove centenas que abarcam apenas a parte da população que tem bens a declarar), menos de 10% declara a existência de livros. Os religiosos são em grande número, alguns com poucas dezenas de títulos. Outros tinham algumas centenas ou mesmo cerca de mil volumes (Villalta, 1995, pp. 22-25). Nas suas estantes guardavam sobretudo livros de liturgia e, a seguir, de teologia. Algum livro de História, de Direito ou de Filosofia eram excepção. Os clérigos eram, entre quem tinha livros, o maior grupo. Mas não eram a maioria. Em conjunto, militares e proprietários representavam cerca de metade de todos os que são identificados nestes inventários. Acrescem ainda os advogados, boticários, cirurgiões e mercadores que são em pequeno número, mas que em conjunto representam quase 15 % de todos o que possuem livros.

Esta diversidade nota-se também no tipo de livros. Por exemplo, as novelas estavam sobretudo nas mãos de mercadores, a acreditar em testemunhos de envios de Portugal para o Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Maranhão das últimas décadas do século XVIII (Villalta, 2005, pp. 167-175). Destes, entre cerca de duas dezenas de títulos mais pedidos, em lugar de destaque estão as *Aventuras de Telémaco*, de Fénelon (*Ibidem*, pp. 176 e 177).

Os poucos inventários de bens de nobres falecidos que contêm livros não têm a uniformidade das bibliotecas dos juristas. São poucas as bibliotecas, algumas pequenas, com poucas dezenas de livros, a maior parte com existências na ordem das centenas, outras significativas, como a de D. Francisco de Almeida Mascarenhas, em 1745, sendo raras as que ultrapassam os mil volumes. Algumas têm apenas obras religiosas, outras

uma grande variedade de livros recentes, em francês e em inglês ou em outras línguas europeias e com alguma frequência vemos livros de História e de Política.

Caso peculiar é o dos livros deixados pela Condessa de Ficalho, onde, numa lista modesta de menos de duas centenas de títulos, cerca de metade são de assuntos técnicos e ciências, incluindo saberes náuticos. Nesta lista são poucos os livros religiosos, cerca de 30, havendo vários manuais de confissão, vidas de santos, tratados dos Doutores da Igreja, nomeadamente São Francisco, Santo Agostinho e São Bernardo (Imagem 23).

As duas precauções que sobressaem destes inventários são, por conseguinte, o modo como os livros passam de casa para casa, de falecido para viúva e, por outro lado, o peso dos critérios de testamenteiros e avaliadores quando organizam os lotes, escolhendo os títulos e ocultando os que, na sua opinião, não tinham valor digno de registo (ANTT, Inventários orfanológicos &&&&&). Destes critérios podem resultar algumas perplexidades, como a subavaliação da biblioteca do engenheiro militar José da Silva Pais, falecido em 1760. Neste caso, avaliação e inventário tinham sido feitos por mãos e em momentos diferentes, pois este ainda tinha sido feito em vida, seguindo a organização do seu proprietário. Classifica os seus mais de trezentos títulos (e mais de quatrocentos livros) em cinco grupos de que se destacam as obras de história (bem mais de metade), e onde têm também um lugar de relevo os livros ligados à profissão, com cerca de 20% de livros de «geometria e trigonometria», onde insere obras de questões militares várias, a que ainda se devem juntar os de «filosofia», onde se encontram mais de uma dezena de livros de Jacob de Castro Sarmiento, Azevedo Fortes ou uma Filosofia Natural (Araújo, 1999, pp. 170-172). Além do que o inventário menciona, refere-se ainda a existência de, entre outros papéis, vários anos de gazetas soltas.

Ana Cristina Araújo apresenta esta biblioteca reproduzida no seu espaço, num palácio dos Anjos, em Lisboa. Refere-a num espaço autónomo, com as suas estantes e a sua papelaria (também referida em inventário), com os seus tinteiros e bandejas de prata, favorecendo um ambiente de leitura reservada e íntima (*Ibidem*, p. 157).

Cada biblioteca no mostra um perfil próprio, individualizado, como se pode ver em exemplos de colecções importantes, distantes no tempo e nas suas características. Jorge Cardoso (m. 1669) era um homem da Igreja. O inventário dos seus livros inclui mais de 1200 títulos, com um peso determinante de obras sobre hagiografia e espiritualidade, e um peso ainda maior de obras em castelhano e latim (Fernandes, 2000). Chama a atenção o facto de não constarem na sua biblioteca livros dos autores que mais circularam no seu tempo, como Frei Tomé de Jesus, Frei Heitor Pinto, Frei

Marcos de Lisboa, ou Luís de Granada. Também não colecciona parenética. Em contrapartida, tinha a obra do Prior do Crato, leitura clandestina de sucesso até 1640.

Biblioteca de Jorge Cardoso - 1222 títulos

línguas	castelhano	- 475 (38,9%)	
	latim	- 441 (36,1%)	
	português	- 149 (12,2%)	(estes três = c. 87%)
dimensões	fol.	- 198 (16,2%)	
	in 4º	- 470 (38,5%)	
	in 8º	- 447 (36,6%)	(estes três = c. 91%)

Temas 1 -	hagiografia	- 346 (28,3%)
	hagiografia e outros milagres	- 423 (34,6%)
	espiritualidade	- 105 (8,6%)
	total hagiogr./espiritualidade	(43,3%)

Temas 2 -	História	- 184
	História com crónicas	- 285 (23,3%)
	História com crónicas e biografias	- 308 (25,2%)
	Literatura (incl. poesia devota)	- 64 (5,2%)

José Pessanha (m. 1775), um diplomata, tinha, entre os seus correspondentes, Nicolau Pagliarini que também fornecia livros e notícias de Itália a Frei Manuel do Cenáculo. O seu inventário conta 1656 títulos, nos quais se inclui um espólio actualmente na Biblioteca Nacional, composto por 399 títulos (Domingos, 1998). O tema dominante na sua biblioteca é a História e a língua mais frequente é o italiano, embora tenha também muitos livros em francês. Os seus livros em latim são, como se imagina, os mais antigos. Na sua biblioteca inclui-se a *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert. Não comparamos apenas pessoas diferentes. Vemos tempos diferentes.

Biblioteca de José Pessanha

- inventário (1656 títulos) e espólio BN (subconjunto de 399 títulos)

temas - sobre 1656		
História	- c. 60%	
Teologia	- 7,5%	
Jurisprud.	- 5,6%	
Ciências / Artes	- 12%	
Belas letras	- 16,4%	

data, proveniência e línguas - sobre 399		
XV	- 1	(Veneza)
XVI	- 144	(130 Veneza) (222 no inventário)
XVII	- 122	(21% em latim, > 33% italiano)
XVIII	- 129	(10% em latim, 25% em francês, 20% em português, > 33% italiano)
sd	- 3	

O tempo muda as colecções e a forma como elas são concebidas. Passadas algumas dezenas de anos encontramos bibliotecas que não eram imagináveis antes. Frei Francisco de São Luiz (m. 1845) era também um homem da Igreja. O seu inventário, já do século XIX, inclui, entre mais de 2000 títulos, muitos já desse século. Mas é-nos útil para comparação, pelo seu interesse pela História e por algumas características que mostram uma evolução. A referência a um número significativo de livros proibidos não poderia estar nos inventários anteriores (Cardoso, 1995) [\(Imagem 24\)](#).

Estas grandes colecções mostram de forma mais evidente a mão que as organizou. Das bibliotecas conventuais ou escolares, entrara-se num tempo em que o livro marca a identidade de uma casa, embora em círculos restritos. O valor que se atribui aos livros não é novo. Objecto caro, é frequentemente marcado por quem o possui ou leu. Mesmo nas bibliotecas conventuais esse testemunho está por vezes presente, como numas *Epístolas* de Plínio, de 1515, onde se lê, em letra do século XVII: «Este livro deu o Pe. Nuno da Cunha, da Companhia de Jesus, para este convento, com a condição que se não tire dele» (Vasconcelos, 1933-1988, vol.10, p. 446).

Tirar dele, pedir emprestado, extraviar-se, são ameaças aos livros, em colecções privadas ou conventuais. De tal forma que se repetem as anotações, em português, em latim, ou em castelhano, de quem prevenia estas situações ameaçando com o inferno quem não devolvesse livros achados. Uma inscrição típica é a seguinte: «Esta Selecta é de Manuel António Domingos. Quem lha achar lha torne a dar senão ao inferno irá pagar, porque custou-me 400. Manuel António Domingos» (Vasconcelos, 1933-1988, vol. 10, p. 449). Outra mais elaborada, num livro místico do século XVIII, apresenta-se assim: «Livro de mim estimado, tesouro de meu saber, tomara-te logo achar, na hora que te perder, O fidalgo que te achar use pontos de honrado. Se me não souber o nome abaixo vai assinado. O meu nome é Joaquim, que na pia me foi dado, de Sousa por sobrenome foi de meu gosto tomado» (*Ibidem*, p. 448).

Ao escrever no livro, seja apenas o nome, sejam anotações, sublinhados ou comentários, o leitor afirma a sua relação pessoal com o que lê e reforça uma relação íntima com o livro. O testemunho mais radical desta relação é-nos fornecido em carta de D. Leonor de Almeida Portugal, a D. Teresa de Mello Breyner quando escreve que «de ordinário escrevo mil despropósitos nos livros que destino ao meu uso, e querer que os não vejas não contradiz nada o que digo acima porque é só em consideração do teu cómodo» (Anastácio, 2007, p. 104) [\(Imagem 25\)](#).

Neste caminho que a leitura percorre para a intimidade e o espaço privado, todos os géneros têm a sua parte. A circulação da poesia ou o acesso a textos litúrgicos, entre os que mais dependiam do ouvido, são fortemente marcados neste processo. Os sermões, como os livros de bem viver e bem morrer, vendem-se em grande número, em edições que viveram uma explosão entre inícios do século XVII e meados do XVIII. Milhares de exemplares circularam em todo o reino, levando as palavras dos oradores para dentro de casa, transformando o que era recepção colectiva em apropriação individual privada. Seria certamente o continuar de uma antiga prática, em que pregadores lêem e usam o que já foi pregado. Em muitos manuscritos se nota este uso. Mas o volume de exemplares que a edição atinge na primeira metade do século XVIII vai muito para além desse público. Valoriza uma espiritualidade que rememora o engenho dos pregadores, como se rememora o brilho de artistas. Os sermões impressos prolongam momentos vividos ou antecipados. Mas também representam, como os seculares livros de horas, a transferência da espiritualidade para dentro de casa, a possibilidade de seguir de forma recolhida os calendários colectivos.

A confirmação deste processo está, finalmente também, na iconografia. Tema quase ausente da pintura ou do azulejo, a não ser como marca iconográfica (sinal da palavra de Deus, com os evangelistas, por exemplo, ou com a Virgem na Anunciação), parece querer significar que a leitura não existe enquanto situação identificável em Portugal, nem em público, nem em privado. Mas a série de santos eremitas que Vieira Lusitano pinta para o transepto da Igreja dos Paulistas em 1731 mostra a multiplicação de situações de leitura, sempre em recolhimento, em silêncio, em meditação, precisamente no bairro dos livreiros de Lisboa.

5.2 OS USOS DA CORRESPONDÊNCIA

«Escrevera-te uma carta,
se tu a soubesses ler,
mas tu dá-la a ler a outro,
tudo se vem a saber.»

Popular, Moncorvo
(Vasconcelos, 1933-1988, vol. 4, p. 619)

A sociabilidade literária de um grupo de amigos que se reúne noites seguidas numa povoação invernal, à mesma distância da mais importante cidade do reino e da costa do mar do oceano, constitui a matéria de uma obra relativamente pequena, mas de

enorme densidade de casos e argumentos, que se fez imprimir em Lisboa em 1619. Tal como ocorre no *Libro del Cortigiano* (1528) de Baldesar Castiglione ou em *La Civil Conversatione* (1574) de Stefano Guazzo, os diálogos da *Corte na Aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo, subdividem-se de acordo com os saberes que se esperam encontrar em qualquer aspirante ao título de «cortesão», no seu sentido mais alargado de homem «discreto», polido ou «cortês» (Schnerr, 1961; Carvalho, 2003). Seja letrado, eclesiástico ou militar, o cortesão deve exhibir uma clara mestria no uso da língua, no desenho dos gestos e na encenação de procedimentos, resultante de um longo processo de aplicação pessoal, entre livros e mestres, nos bancos de escola, no espaço doméstico e no convívio com os seus pares. Convívio que, idealmente, se há-de estender à vizinhança do rei; ao quotidiano da sua corte.

Em 1619, Felipe II estava porém em Madrid. E os «homens de preço» que em Portugal desejassem o exercício das qualidades de cortesão pouco mais poderiam almejar além da frequência do paço de um grande senhor de província ou do solar de um fidalgo de aldeia. Aí se faziam, a custo, as «cortes» da altura (França, 1997, pp. 95-148). Aí se lembravam as memórias dos últimos tempos de um rei português. Aí se podiam trocar algumas notícias das coisas do mundo: do mundo dos clássicos, dos eruditos do Renascimento, da vida da Igreja, do governo dos povos, do equilíbrio das grandes potências continentais. Um bom cortesão deveria manter-se interessado nesse comércio de novidades e dele tomar parte segundo os seus meios. Tanto em conversa, como por escrito – encurtando as distâncias do tempo e do espaço.

A discussão sobre a forma e os usos da correspondência surge, assim, no início da *Corte da Aldeia*, sem grande surpresa (Imagem 26). Dois diálogos inteiros lhe são dedicados: o primeiro, sobre a «polícia e o estilo»; o segundo, sobre «a maneira de escrever e as diferenças das cartas missivas». O ponto de partida da exposição é a suposta existência de uma relação etimológica entre «carta» e Cartago, como alegadamente também se encontrava entre Pérgamo e «pergamino». Deste breve comentário, nasce em seguida uma passagem mais longa acerca da origem dos vários suportes da escrita e da transformação do sentido do nome de «carta», sobretudo na língua portuguesa (Lobo, 1992, pp. 74-75).

Para uma carta missiva «ser cortesã e bem escrita», o personagem central dos diálogos diz que ela há-de ter «cortesia comum, regras direitas, letras juntas, razões apartadas, papel limpo, dobras iguais, chancela subtil e selo claro». Os termos apostos no sobrescrito devem cingir-se ao nome do destinatário, à dignidade por que é

conhecido e ao lugar onde mora ou assiste, salvo nos casos em que se trate de personagem de reconhecida notoriedade, que logicamente poderá dispensar alguns pormenores de identificação. As formas de tratamento utilizadas devem seguir o previsto na letra da lei, do mesmo modo que no restante das «cortesias» se deve sempre guardar a regularidade e o comedimento (Lobo, 1992, pp. 75-78).

Poucas páginas mais adiante, o anfitrião da *Corte na Aldeia* recorre à lição de Marco Túlio Cícero, «a quem todos seguem», para dizer que carta missiva «é uma mensageira fiel que interpreta o nosso ânimo aos ausentes, em que lhes manifesta o que queremos que eles saibam de nossas cousas, ou das que a eles lhes revelam». Três seriam os seus «géneros»: «cartas de negócio, e das cousas que tocam à vida e fazenda e estado cada um», também conhecidas por «cartas familiares»; «cartas dentre amigos uns aos outros, de novas e cumprimentos de galantarias», destinadas sobretudo à «recreação do entendimento», ao alívio e à consolação na adversidade, e cartas sobre «matérias mais graves e de peso», onde se incluíam as dos assuntos do governo da República e da Igreja. As cartas de negócio subdividiam-se em cartas domésticas, civis e mercantis. As de amizade, em cartas de novas, de recomendação, de agradecimento, de queixumes, de desculpas e de graça. Por último, as cartas de assuntos mais graves compreendiam as «cartas Reais» sobre matérias de Estado, cartas públicas, invectivas, consoláveis, laudativas, persuasórias e ainda outras, que eventualmente se confundiam com as já nomeadas (Lobo, 1992, pp. 89-90).

As regras de ouro de todos os géneros derivariam do princípio geral da proximidade entre a «prática» – o *sermo familiaris* – e a escrita. Tal como numa conversa se deveria fazer o possível para emitir juízos breves, claros e adequados, também numa carta se deveriam evitar os rodeios, os enfeites, os epítetos e as repetições. Especialmente severa é, aliás, a repreensão que se destina na *Corte na Aldeia* aos que teriam por hábito um «cuidado sobejo» na adjectivação das palavras e no arranjo da ordem das sílabas, «para fazerem melhor som aos ouvidos». Dessas reservas resulta igualmente uma clara recusa da submissão da epistolografia cortesã aos rígidos preceitos de certos «retóricos», para quem as cartas missivas se deveriam estruturar segundo «as cinco partes da oração» (saudação, exórdio, narração, petição e conclusão) ou subdividir em até vinte géneros distintos (Lobo, 1992, pp. 90-91 e 94; Castro, 1973, pp. 74-75).

Sabe-se com alguma certeza que a *Corte na Aldeia* conheceu no seu tempo um apreciável sucesso: seis edições portuguesas no século XVII e outras três no século

XVIII. Em 1622 foi traduzida e impressa em Montillo. Mais tarde, surgiram ainda edições ou reedições mais ou menos revistas ou alteradas, nas cidades de Córdoba (1623), Madrid (1755) e Valência (1793). Baltasar Gracián prognosticou-lhe as delícias da eternidade (*El Criticón*, 1657). E várias passagens da *Corte na Aldeia* foram depois retomadas *ipsis verbis* na *Epítome de la eloquencia española* (1692), de Francisco José Artiga, com notório destaque para os diálogos sobre a escrita de cartas (Carvalho, 2003).

Em letra de forma

A consistência dos ensinamentos de Rodrigues Lobo no campo da epistolografia assenta num aturado esforço pessoal de leitura e recolção de fontes impressas e manuscritas. Conhece-se, por exemplo, um seu volumoso copiador de «Cartas dos grandes do mundo», de onde saíram muitos dos textos que informaram a *Corte na Aldeia* (Jorge 1934). No que respeita às fontes impressas, seria difícil exagerar o enorme conjunto de títulos e autores, antigos e modernos, por ele referidos, glosados, transcritos ou postos em causa, embora nem sempre com os nomes expressos (Lobo, 1992, *passim*). Compreendê-lo um pouco melhor aconselha portanto um enfoque mais amplo e descentrado.

Entre os textos greco-romanos que mais vivamente marcaram o Renascimento europeu encontram-se algumas recolhas de cartas. Antes de todas, as cartas de Cícero, parcialmente redescobertas por Francesco Petrarca no século XIV (Imagem 27); as de Plínio, *o Moço*, pouco estudadas ou mal conhecidas até à altura, e as *Epistolae morales ad Lucilium* de Séneca, que tiveram a fortuna de uma grande difusão manuscrita na Idade Média. Delas se fizeram dezenas de edições em vários formatos, desde meados do século XV, até se fixarem as colectâneas mais exaustivas ou mais confiáveis, de acordo com a crítica de sucessivas gerações de latinistas (Martín Baños, 2005, pp. 198-199; Van Liere, 2006, pp. 570-571).

Esses velhos modelos de escrita epistolar agradavam sobretudo pelo modo como permitiam exprimir os mais elevados sentimentos individuais numa linguagem relativamente simples e contida, embora elegante. Matizando uma extensa série de regras de composição e etiqueta que caracterizara a *Ars Dictaminis* medieval, os homens de letras dos séculos XV e XVI redescobriram a possibilidade da «correspondência familiar» como uma espécie de convívio que à distância se mantém

entre amigos, e que se deve pautar pelos «verdadeiros» preceitos da Retórica clássica – subsidiários, em boa medida, dos da Filosofia Moral.

No extenso conjunto de autores que participam dessa nova tendência, sobressaem Erasmo de Roterdão e Justo Lúpsio (Imagem 28). Erasmo escreveu três diferentes tratados sobre o assunto, intitulado, o maior, *Opus de conscribendis epistolis* (1522). Nele se lê que o grande princípio a observar na arte da epistolografia é o *decorum*. Princípio justificado com Quintiliano: «a melhor forma de eloquência é a que melhor se adapta à matéria, ao lugar, ao momento e à qualidade do auditório». Para uma correspondência acertada, deve-se assim ter em conta o teor da mensagem, as circunstâncias da redacção, a proximidade do destinatário e o seu efectivo estatuto. O remetente deve fazer os ajustes mais adequados a cada caso, exercitando a enorme liberdade de escolha que o género lhe concede. Pode, inclusive, conjugar numa única carta assuntos, «registos» e tipos de figuras diversos.

No que se refere especificamente às cartas ditas «familiares», Erasmo formula conselhos de simplicidade, elegância e pureza de estilo, mas também de franqueza, vivacidade e alegria. As soluções de expressão mais comedidas permanecem, decerto, as mais pertinentes. E tanto demandam do correspondente a porfiada frequência dos grandes autores, como um constante esforço de treino das habilidades da fala e da escrita (Tin, 2005, pp. 49-60).

Justo Lúpsio representa a emergência de uma outra sensibilidade. Na sua breve *Epistolica institutio* (1590), abraça a defesa de uma forma espontânea e, até certo ponto, não ordenada ou negligente, na escrita de cartas familiares – sem no entanto assumir uma clara ruptura na história do género. De facto, repete basicamente os mesmos conselhos gerais de simplicidade, brevidade e clareza, bem como o da atenta leitura de um extenso conjunto de textos exemplares, antigos e modernos, estando primeiro os textos de Cícero. Como de costume. Os termos são claros: «Tenha Cícero como primeira influência em primeiro lugar e tenha-o somente». A esse respeito, a diferença de Lúpsio em relação à maioria dos grandes teóricos do século XVI reside talvez na indicação de vários outros autores a conhecer e imitar, conforme se vá progredindo na aprendizagem. Os mais «peuris» – precisamente porque mais próximos do legado de Cícero – seriam os modernos Paolo Manuzio, Jacopo Sadoletto, Pietro Bembo, Pierre Bunel e Christophe de Longueil. Logo em seguida, Marco Fábio Quintiliano, Quinto Cúrcio Rufo, Veleio Patérculo, Tito Lívio e Júlio César, pela riqueza e agilidade de estilo. Finalmente, seria importante estudar os diálogos de Plauto e de Terêncio, as

cartas de Plínio, *o Moço*, as obras modernas de Angelo Ambrogini, *Il Poliziano*, e todos os textos de Sêneca, Salústio e Tácito, celebrados pelo seu carácter «estrito, forte e viril» (Tin, 2005, pp. 60-69 e 147-151; Martín Baños, 2005, pp. 410-450).

Muitos dos grandes humanistas que se empenharam em reflectir sobre a melhor forma de manter ou ensinar a manter correspondência deixaram eles próprios relevantes colecções de epistolografia latina e vulgar. Erasmo de Roterdão, por exemplo, escreveu milhares de cartas missivas, utilizando-as como veículo de troca de pontos de vista, controvérsia filosófica ou intelectual (Van Liere, 2006, pp. 572). Em menor escala, o mesmo se pode dizer de Philipp Melanchthon, Peter Ramus, Joachim Camerarius, Juan Luis Vives e do já referido Paolo Manuzio.

Publicitar esses textos em cópias impressas ou manuscritas justificava-se pelo seu interesse como modelo de escrita «elevada». Na Península Itálica, por volta de década de 1530, iniciou-se um movimento de edição de colectâneas de cartas com relevância literária ou estilística, em língua vulgar. Algumas delas seriam depois indicadas como leitura por tratadistas. Mas, para além dos aspectos de ordem formal, notícias esparsas «das coisas do mundo», dos embates políticos e militares, que desde os tempos da Antiguidade se cultivavam na correspondência entre amigos, e que, portanto, também se encontravam em quantidade nesses volumes impressos, acrescentavam-lhes novas razões de procura. E, em pouco tempo, passaram igualmente a ser editadas, com fim semelhante, colecções de cartas de «homens ilustres» e temas burlescos (Braidia, 2009; Randall, 2008).

Já no último quartel do século XVI, Michel de Montaigne tinha consigo cerca de uma centena de livros de cartas impressos na Itália. Apreciava particularmente as de Annibale Caro. Não, com certeza, pelos seus recursos retóricos. O que agradava a Montaigne era a expressão relativamente livre e graciosa do eruditíssimo tradutor da *Eneida*. Em sua opinião, pouco sentido fazia brincar com palavras de cerimónia ou dedicar longas horas a rever o estilo da escrita. As cartas que redigia começavam geralmente sem margens, dobras, projecto ou preocupação de limpeza: o texto avançava traço após traço, de punho próprio e modo espontâneo. Mesmo que o destinatário fosse figura de reconhecido estatuto (Montaigne 1972, pp. 369-375; Chartier, 1991, pp. 166-167; Martín Baños, 2005^a, pp. 15-16).

Nos espaços de corte que então se alargavam, a norma, no entanto, era outra: preceitos de comportamento e etiqueta iam-se tornando cada vez mais complexos e exigentes. Desde meados do século, «a melhor forma de escrever cartas» inspirava

conselhos nos livros de «cortesania», nas artes da «boa conversação» e em pequenas memórias ou apontamentos que os homens de letras trocavam entre si. Por vezes também em forma de carta. Aos 5 de Junho de 1532, Fr. António de Guevara, muito conhecido e louvado pelo seu engenho, recomendava, por exemplo, ao Bispo D. Enrique Enríquez, de Mondoñedo: «Siempre trabajad, señor, en que si escribiéredes alguna carta mensajera, que los renglones sean derechos, las letras juntas, las razones apartadas, la letra buena, el papel limpio, la neta sutil, la plegadura igual y el sello claro [...]» (Givanel Mas, 1912, pp. 82). Tal e qual anos depois escreveria Rodrigues Lobo.

Paralelamente, a crescente demanda de modelos para guiar a actividade burocrática de um novo exército de oficiais e escreventes com poucos recursos linguísticos favorecia a impressão de formulários *prêtes-à-porter*. Os antepassados mais próximos dos quinhentistas eram as «artes retóricas» que no Sacro Império se denominavam genericamente como *Formula et deutsch Rhetorica*. Logo em seguida, surgiram na Itália uns anónimos *Sopprascritti ed introscritti di lettere* (1480) e um *Formulario di epistole volgare missive e responsive et altri fiori di ornati parlamenti* (1485), atribuído a Cristoforo Landino ou a Bartolomeo Miniatore. O decisivo contributo na transição desse tipo de obras para uma outra família de manuais realizava-se através de dois títulos: o *Prothocolle des secretaires* (c. 1534), de Pierre Durand, decalcado do capítulo sobre a escrita de cartas da obra de Pierre Fabri (*Le grant et vray art de pleine rhétorique*, 1521), e *Le Stile et manière de composer, dicter et escrire toute sorte d'Epistre ou lettres missives* (1553), de autoria desconhecida. Ambos tiveram uma enorme difusão ao longo do século XVI, sendo inclusive objecto de plágios e traduções, para o flamengo e para o inglês. Indo também desaguar nessa corrente mais prática, mas em estreito diálogo com a tradição da «epístola retórica» e os ensinamentos de Erasmo, figura o elegante *Del Segretario* (1564) de Francesco Sansovino, que até ao final do primeiro quartel do século XVII teve pelo menos dezassete edições italianas (Martín Baños, 2005, pp. 453-461).

As diversas tendências que, a partir dessa altura, de uma forma ou de outra se cruzam ou se combinam nos livros ditos «de secretário» tornam difícil distinguir claramente o que de um modo geral neles se entende por «carta familiar» ou «carta de homem de corte». Mesmo do ponto de vista do simples cuidado com os aspectos de apresentação «externa» – como o tipo de traço, a inclinação ou a regularidade da letra –, aquilo que vale para um escrito mais propriamente «oficial» ou «de chancelaria» pode

fazer-se presente na correspondência de cunho «privado». E à medida em que se vai avançando no século XVII, a importância reconhecida ao justo domínio do «artifício», ou das «aparências», produz numerosos de modelos de cartas «de secretário», com os mais variados ornamentos, «conceitos» e figuras de ênfase (Martín Baños, 2005^a; Petrucci, 2008, pp. 111-115).

A *Corte na Aldeia* surge a meio caminho entre a nova missiva retórica dos humanistas e o auge dos manuais de epistolografia usualmente chamados «barrocos». Para além da extraordinária qualidade da sua prosa, merece destaque por ser a primeira obra que em português se imprimiu com reflexões alargadas sobre a teoria da redacção de cartas missivas (Rocha, 1985, pp. 31-32). D. Francisco Manuel de Melo terá preparado uma segunda, intitulada «A arte de escrever cartas», que no entanto ficou manuscrita e se perdeu, tal como antes ocorrera ao «Perfeito Secretario» de António de Castilho ou, muito depois, ao «Tratado do estilo epistolar» de Lourenço Botelho Sotomayor e a um «Discurso» de D. Francisco Xavier de Meneses, 4^o Conde da Ericeira, sobre o dever da correspondência em «línguas estranhas» (Melo, 1900, vol. III, pp. 87-89; Machado, 1741-1759, vol. I, p. 236, vol. II, p. 296, e vol. III, p. 26; França, 1997, p. 147). Seria preciso esperar mais de cem anos até aparecer realmente em letra de forma, com longas e elogiosas aprovações, um grosso volume in-quarto da autoria do oratoriano Francisco José Freire, mais conhecido na Arcádia por Cândido Lusitano. O título da sua obra é todo um programa: *Secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas* (Imagem 29).

Ignorando o contributo de Rodrigues Lobo, Cândido Lusitano lamenta, logo de início, que, ao contrário do que se passava noutras nações europeias, poucos fossem os que em Portugal publicavam livros de cartas «e nenhuns os que expuzeram o método e regras, com que estas se haviam compor (*sic*)». A grande intenção da sua obra era exactamente começar a cobrir essa grave lacuna, para que tanto «sábios», como «ignorantes» pudessem passar a dispor de um auxílio adequado. Cândido Lusitano oferece conselhos gerais, de ordem retórica, explicitando em pormenor os «períodos» das cartas, soluções de redacção, as qualidades mais desejadas num bom secretário e as suas mais criticáveis «imperfeições». Os breves comentários que em seguida acompanham a reprodução de dezenas de exemplos concretos de cada uma das doze espécies de missivas reconhecidas pelo autor obedecem a uma forma de expressão extremamente marcada por jogos e combinações de «louvores», «elogios», «encarecimentos» e «dissimulações», pensados, caso a caso, para melhor conquistar a

opinião e a cumplicidade dos destinatários (Miranda, 2000, pp. 49-50).

Resta ainda apurar com alguma certeza o que haverá realmente de original no texto do *Secretario*, descontado o trabalho de traduzir e adaptar *Il segretario principiante, ed istruto* (3ª ed. rev., 1710) do árcade italiano Isidoro Nardi. Não sem motivo, Luís António Verney, no *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), já criticava, aliás, o jovem autor do manual português, pela sua pouco criteriosa familiaridade com obras de autores estrangeiros (Miranda, 2000, p. 51). E tudo indica que, anos depois, o próprio Francisco José passou a externar um certo embaraço por ter o seu nome associado a esse produto relativamente imaturo (Freire, 1777, p. [iv]). De qualquer modo, quase até ao final do Antigo Regime, o certo é que a sua obra continuou a ser editada e reeditada, em formatos menores, para atender a um público com exigências cada vez mais diversas. Há, sobretudo, um firme desejo de ir ao encontro das novas necessidades de comunicação à distância de pequenos e grandes homens de negócio. A edição de 1801 estampa, por exemplo, na folha de rosto: «correcta, emendada, e augmentada com “dous Supplementos” sobre muitos pontos concernentes à Theorica, e Pratica do Commercio». Logo a seguir, quinze densas linhas, também em destaque, discriminavam, uma por uma, todas as matérias: desde instrumentos de procuração e fretamento, apólices de seguro e escrituras de compromisso, a modelos de letras de câmbio.

Esse alargar do público-alvo dos manuais de epistolografia coincide com a vulgarização dos chamados «livros de civilidade», onde por vezes se encontram capítulos inteiros sobre práticas, gestos, hábitos e procedimentos relativos à escrita de cartas, numa linguagem quase sempre bastante mais simples e escorreita que nos «Secretários» de filiação cortesã (Imagem 30). Tal como se verifica no *Perfeito pedagogo ou arte de educar a mocidade, em que se dão as regras da policia e urbanidade christã, conforme os costumes de Portugal* (1782), de João Rosado de Vila Lobos e Vasconcelos; na *Escola de politica ou tractado pratico da civilidade portugueza* (1786), de D. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira, e nos *Elementos da civilidade e da decencia, para instrucção da mocidade de ambos os sexos* (1777), reeditados sem alusão ao autor (1788, 1801 e 1824, pelo menos), mas sempre a partir do francês do Abade de Prévost (Câmara, 2004; Araújo, 2005: 132). Seria interessante perceber até que ponto os primeiros dois textos não passariam também de traduções mais ou menos adaptadas de matrizes estrangeiras.

Dentro ainda da tradição do estudo das cartas como parte da Retórica, foi publicada tardiamente em Lisboa a *Arte* de Manuel Pacheco de Sampaio Valadares (1750), bacharel em Cânones e membro da Academia dos Anónimos. O capítulo que dedica ao assunto tem alusões iniciais a Justo Lípsio, Erasmo e Demétrio de Falero, que logo são, no entanto, deixados de lado, para que o autor possa emitir as suas próprias ideias, em diálogo com as obras do Padre Bartolomeu Alcazar (*De ratione dicendi*, 1681) e Francisco Cascales (*Cartas filológicas*, 1634). Para Manuel Valadares, as cartas podem ser classificadas de acordo com os três grandes géneros da eloquência retórica: demonstrativo, deliberativo e judicial. O primeiro compreende doze espécies diferentes; o segundo, seis; o terceiro, cinco (Castro, 1973, pp. 270-272). Nenhuma delas se baseia essencialmente no tipo de relação pessoal ou hierárquica que, de uma forma mais duradoura, possa existir entre remetente e destinatário. Seu foco de análise é sempre o discurso: a natureza e a qualidade do discurso, na sua justa adequação a cada circunstância, como enunciado persuasivo.

Sob forte inspiração de Luís António Verney, a reforma josefina dos Estudos Menores tendeu a privilegiar, no domínio da Retórica, o recurso directo a alguns textos da antiguidade greco-latina e a três ou quatro outros autores estrangeiros que, embora modernos, não alinhavam com o «barroquismo» dos tratadistas católicos do século XVII. Para o ensino da escrita de cartas, a maior referência de carácter teórico que se pode encontrar claramente na bibliografia indicada pela Coroa é um capítulo da obra de Johann Gottlieb Heinecke, *Fundamenta stili cultioris* (1743). O jusnaturalista alemão advoga a existência de dois grandes grupos de cartas: de um lado, as eruditas, que se subdividem em filosóficas, matemáticas, filológicas, críticas, teológicas, jurídicas e históricas; de outro, as denominadas «missivas», compreendendo as *familiares* – espécie de conversa que se entretém à distância – e as *elaboratiores* – mais «trabalhadas» e com um fim igualmente mais definido, podendo ser congratulatórias, petições, comendatícias, de pêsames ou de agradecimento. As cartas *familiares* requerem sobretudo naturalidade, elegância e um adequado desenvolvimento pessoal das mais importantes ideias expressas. Nas *elaboratiores*, deve haver uma preocupação acrescida com a utilidade, a «honestidade» e o decoro. De resto, e em termos gerais, a disposição das matérias no corpo do texto pode ser relativamente arbitrária (Miranda, 2000, p. 53).

A difusão da *Arte de Rhetorica* de Manuel Valadares em Portugal parece ter sido largamente superada pela do manual de Johann Heinecke, que conheceu diversas

edições em toda a Europa e teve recepção singularmente favorável em Espanha (Sarrailh, 1992, p. 144; Mestre Sanchis, 2002, p. 207; Mestre Sanchis, 2003, pp. 347 e 358). Mas já a partir meados do século XVIII, a correspondência entre letrados europeus de diferentes origens era, cada vez mais vez, feita em vernáculo; na maior parte dos casos, em francês (Mousnier e Labrousse, 1985, pp. 158-159; Rudé, 1988, pp. 251-26). E o facto de a obra de Heinecke ser em latim deve ter limitado à partida a sua efectiva leitura. A presença que marca no plano de reforma dos Estudos Menores d'el-rei D. José ajuda sobretudo a caracterizar uma decidida intenção de mudança de parâmetros culturais. Especificamente no que se refere à epistolografia, uma mudança que, mais do que nunca, busca atingir a vivacidade dos longos debates dos novos salões ilustrados, sem a denúncia do mínimo vestígio de esforço retórico na redacção (Hazard, 1983, p. 220).

A habilidade das mãos

Seguindo de perto Isidoro Nardi, Francisco José Freire começa a instruir o seu *Secretario* observando: «Não há cousa mais comua que o escrever cartas; e contudo não é cousa comua o saber compô-las». Condensam-se, assim, brevemente, numa única antítese, os desencontros entre o saber erudito sobre a matéria e a prática quotidiana de correspondentes em grande medida iletrados ou pouco instruídos. Redescobrir em termos precisos a relevância de cada um dos estratos desse universo é virtualmente impossível: tal como outras, a prática da escrita de cartas na Época Moderna não foi de molde a ficar registada em séries de dados suficientemente abrangentes, para permitir alcançar conclusões estatísticas com expressão social. O que sobreviveu foram indícios mais ou menos esparsos, em fundos ou documentos diversos, que ultimamente têm vindo a ser submetidos a grelhas de análise multidisciplinares, com resultados qualitativos de algum interesse.

Na correspondência de «gente vulgar», é frequente encontrar-se um tipo de escrita com soluções linguísticas muito próximas da oralidade: tanto em termos fonéticos, como sintácticos ou gramaticais. A disposição das partes do texto tende a desrespeitar os espaços previstos para o cabeçalho e a margem da folha. A regularidade das linhas, do traço das letras e a limpeza de todo o suporte são, em geral, bastante relativas (Imagem 31). Além disso, pode haver igualmente algum descompasso entre o «registo» da maior parte do texto e certas passagens, vocábulos ou protocolos, de sabor

erudito (Marquilhas, 2005; Marquilhas, 2009).

O grau de literacia e a condição social dos correspondentes parece também influir na própria maneira de caracterizar a natureza e o fito das cartas quotidianas. Entre indivíduos de melhor condição, a prática da correspondência tende a assumir um carácter relativamente directo e reservado, expressando um propósito antes de tudo «transaccional». Pelo contrário, entre «gente vulgar» costuma existir a intervenção de um maior número de agentes em todo o processo: desde a escrita, até à leitura. Quem de facto «informa» o texto da carta pode não ser quem a precisa enviar. Quem depois a recebe costuma estar integrado num grupo com que partilha e decodifica a mensagem – que, desse modo, cumpre um propósito essencialmente «de interacção» (Marquilhas, 2005).

No Pelourinho velho, em Lisboa, desde a primeira metade do século XVI, e por mais de cem anos, houve dez a doze escritvães com bancas montadas, sob licença da Câmara, com a função de atender a todos aqueles que precisassem do seu apoio na arte da escrita. Como bem testemunham João de Buarcos, Damião de Góis e Cristóvão Rodrigues de Oliveira, assim se fizeram inúmeros versos, discursos, cartas, elogios, epitáfios, louvores, requerimentos, contratos e necrológios (Castilho, 1893, pp. 442-443; Camões, 2007, pp. 20-22). Tendo em linha de conta a vizinhança da Misericórdia, talvez ainda se lhes devessem acrescentar os pequenos bilhetes que muitas vezes se abandonavam com as crianças expostas, na roda da Casa (Sá, 1995, pp. 43-46 e 232-263).

A actividade desse preciso conjunto de oficiais estabelecidos no coração da Ribeira fornece matéria para um auto datável da década de 1520 (Imagem 32). Nele intervêm dois escritvães, cada qual assistido por seu «patife», com funções de criado. Ao longo da acção, vão desfilando em sequência contínua sete diferentes personagens: um negro, um moço de escudeiro, um vilão, uma velha, um atafoneiro, um ratinho e um parvo. Exceptuando este último, que apenas parece estar de passagem, todos os outros procuram os serviços de um escrevente para comporem cartas de amor. E, de uma forma geral, todos eles parecem também estar convencidos de que dominam as regras fundamentais desse tipo de texto. O oficial escritvão limita-se, assim, a transpor para o papel, letra por letra, o que lhe ditam os seus clientes, lendo depois em voz alta o resultado obtido.

Boa parte dos motivos de riso que se acumulam durante a acção decorre das próprias características dos personagens postos em cena. As circunstâncias acidentadas

em que por vezes se encontram e a falta de tento com que se exprimem nas suas falas iniciais aumentam bastante a comicidade dos quadros. Mas os momentos mais fortes da estrutura da peça, que condicionam todo o seu ritmo e têm algumas das linhas mais exigentes para os actores, são os das cartas: os erros sintácticos, gramaticais e, sobretudo, estilísticos, que nelas se concentram, sublinham a dificuldade de conciliar os decorosos preceitos da epistolografia erudita com a expressão «espontânea» de correspondentes pouco letrados. Como sucede no caso do pobre campónio: «Senhora mulher/ sempre eu vim no batel/ até que aqui vim ter/ não me quisestes escrever/ quiçais não tereis papel/ ou o não sabereis fazer [...]» (Camões, 2007, pp. 121-122).

Algo de muito semelhante sucede também numa farsa de Gil Vicente, em torno da carta de outro vilão: Pedro Marques. Tendo terminado a leitura do texto que este lhe remete, fazendo-lhe a corte, Inês Pereira escarnece da ideia de considerar duas vezes a possibilidade de ter por marido alguém que se expressa de forma tão rude: «Essa é boa demanda!/ Cerimónias há mister/ Homem que tal carta manda?» (Vicente, 1965, pp. 662-663).

O gosto de contar anedotas sobre a falta de capacidade para observar os mais comezinhos preceitos da correspondência civil deixou testemunhos praticamente ao longo de toda a Idade Moderna. E o alvo de troça foi variado. Ainda no século XVI, correu manuscrita uma extensa recolha de «Ditos portugueses dignos de memória», em que a afectada nobreza de alguns personagens não os livrava de serem seriamente repreendidos pelos seus pares. Sobre o Marquês de Vila Nova del Fresno, diz-se, por exemplo, que por remeter uma carta em que pedia emprestadas a Manuel de Vilhena as suas azémolas, sem destacar no local adequado a saudação de «Senhor», viera a saber que o fidalgo lhas não emprestava, por precisar empregá-las a transportar o dito «Senhor» para o meio da carta... O mesmo tipo de erro de protocolo ocorre também, duas vezes, com o Duque de Bragança. Numa delas, o vedor da Coroa, Fernão da Silveira, joga com o duplo sentido da palavra «regra», afectando ficar especialmente obrigado para com o Duque, pela descortesia que este lhe pratica: «Dizei vós ao duque que eu ando tão fora de regra que, por Sua Senhoria me meter nela, fico já obrigado a fazer isto que aqui me manda». Na outra, Tristão da Cunha nega a D. Jaime um pedido de empréstimo de dois mil cruzados, com a seguinte tirada, cheia de sal: «Direis ao duque que, quando Sua Senhoria mandar pedir dinheiro emprestado, que mande pôr o Senhor nas nuvens» (Saraiva, s/d, pp. 117, 289-290 e 338-339).

A parte da carta que mais facilmente se sujeitava ao escrutínio do público era o sobrescrito. Nele deveriam constar apenas os dados necessários à precisa e apropriada identificação do seu destinatário. O remetente não precisava de ser nomeado. Tudo aquilo que ultrapassasse esses estritos limites de contenção corria o risco de resultar numa imagem pouco elogiosa e conhecer uma larga difusão nos anedotários. Entre eles, os que compôs na primeira metade do século XVIII o sargento-maior José da Cruz da Silveira, dedicados, em grande medida, «à Reverendíssima Família Claravalense». Os exemplos são às dezenas: «Um Bernardo escreveu à sua freira na forma seguinte: A Senhora Antónia das Chagas, e em sua ausência a sua irmã Filipa das mesmas, guarde Deus, no convento delas»; «Outro religioso escreveu: A meu irmão e Senhor António de Faria, guarde Deus nos baixos da Condessa de Castelo Melhor»; «Outro [...] escreveu ao seu ferrador [...]: A Pedro Sanches guarde Deus ferrador dos frades Bernardos, na Praça da Palha»; «Outro escreveu a um homem a quem não sabia o nome, que estava em casa de uma tia que também lhe não sabia o nome; pôs o sobrescrito assim: Ao Senhor Sobrinho, que Deus guarde, em casa da Senhora Tia, no Chafariz de Andaluz» (BNP, CJM, nº 718, e FG, cód. 8605).

As anedotas que se referem aos sobrescritos de «gente vulgar» formam um conjunto bastante menor. Provavelmente, porque quanto mais baixa a condição social dos personagens envolvidos, menor, também, a cobrança possível em relação ao cumprimento preciso das normas da escrita epistolar. Ainda assim, pela sequência de pormenores descabidos ou dispensáveis, há alguns casos tão vivamente ridículos, que ganham direito a registo nas colectâneas. Por vezes, registo quase instantâneo: «Em 28 de Maio de 1727 ao tempo de escrever isto vi uma carta que vinha do Rio de Janeiro com o sobrescrito que dizia: A meu irmão João Lopes, em sua ausência a quem seu poder tiver; a todos guarde Deus, ao Páteo do Duque, atrás da Inquisição, em casa do defunto João dos Santos pasteleiro» (BNP, CJM, nº 718).

No mesmo conjunto de «Apótegmas», conta-se ainda o de um certo soldado oriundo da Índia que, estando na corte «a requerimentos», decidiu dirigir-se ao Vice-Rei na primeira monção, «dando-lhe conta do seu despacho, e pôs no sobrescrito: Ao Senhor D. Pedro de Almeida, Vice-Rei da Índia, guarde Deus muitos anos nos Paços de Goa, defronte de um lanceiro torto». Nada se diz, dessa vez, sobre o acesso directo do autor do registo à carta enviada da corte para Goa. Mas como D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, esteve na Índia no intervalo de 1676 a 1678, a distância existente entre o registo e o seu autor parece bastante considerável, e praticamente obriga a supor

um qualquer tipo de intermediação entre os dois. Oral ou escrita. O que sucede, de resto, na maior parte dos «Ditos» e dos «Apótegmias» (Imagem 33).

A viabilidade do pressuposto da intermediação garante a verosimilhança dos casos narrados. Não, no entanto, a sua efectiva veracidade. Confrontando os registos atribuídos ao sargento-mor José da Cruz da Silveira, com alguns outros, do mesmo género, ressaltam flagrantes incongruências. Por exemplo: no diálogo segundo da *Corte na Aldeia*, logo após uma curta intervenção do Doutor, o velho e penetrante Solino diz ter ouvido que certo soldado enviara para a Índia uma carta com o seguinte endereço: «A N. Viso-Rei da Índia, nos Paços de Goa, defronte de um lanceiro torto» (Lobo, 1992, p. 78). Ora, ainda que tenha de facto existido defronte dos paços o dito lanceiro, que via de regra fosse tratado por «lanceiro torto», e que, antes da redacção da *Corte na Aldeia*, houvesse um soldado que se lembrasse de cometer semelhante dislate, dificilmente se poderá aceitar que tudo isso se repetisse nos mesmos termos sessenta anos depois. Mais do que um caso concreto, «real» ou «histórico», o que se lê no registo do século XVIII é, portanto, o produto de uma recriação textual, que explora o ridículo de uma ocorrência plausível, para melhor sublinhar o efectivo interesse de uma adequada formação literária.

No Portugal da Idade Moderna, o condicionamento da habilidade das mãos para a prática da escrita epistolar acompanhava os primeiros anos de estudo de gramática. Tradicionalmente, gramática latina. Os colégios fundados pela Companhia de Jesus concentravam-se, em especial, nas cartas familiares de Cícero (Rodrigues, 1917, p. 44). Para os estudos mais avançados, existiam ainda outros modelos, e regras internas bastante específicas, com o intuito de aproveitar as experiências de cada província e de cada integrante do instituto, como factores de mobilização e empenho acrescido (Hansen, 2003).

Conjectura-se que Francisco Rodrigues Lobo tenha sido pupilo dos Jesuítas e que com eles viesse a aprender os princípios retóricos que estruturaram a *Corte na Aldeia* (Castro, 1973, pp. 73-75). Foi, de certeza, estudante da Companhia, em Lisboa, o autor do primeiro conjunto de cartas familiares em português intencionalmente coligido para ser impresso: o celebrado D. Francisco Manuel de Melo (Castro, 2009; Cunha, 2009). Nenhum dos alunos portugueses que os Jesuítas formaram teve, no entanto, a fortuna de conhecer uma maior difusão dos seus escritos epistolares, que o P.^o António Vieira. Muitos deles foram copiados vezes seguidas como fontes de notícias ou modelos de «agudeza»; pelo menos desde o início do século XVIII, com o aumento da

importância reconhecida ao vulgar, tenderam inclusive a servir como guias de aprendizagem. D. Jerónimo Contador de Argote, nas suas *Regras da lingua portugueza* (1721), propôs um extenso exercício de leitura e análise gramatical inteiramente baseado numa carta remetida pelo P.^e Vieira ao Cardeal de Lencastre. Luís António Verney, anos mais tarde, questionaria vários aspectos de todo esse método, reconhecendo, porém, o interesse de promover desde cedo o estudo das cartas do Jesuíta – que então se editavam (1735-1756). E, já no reinado de D. Maria, um franciscano menos ilustre tornou a incluir na sua *Grammatica* (1783) precisamente o mesmo texto reproduzido nas *Regras* de D. Jerónimo, por considerar que poderia ser tida como uma espécie de verdadeira «sinopse» da nova «*Grammatica Philosophica*» (Silva e Aranha, 1858-1923, vol. I, p. 378-379; Fonseca, 1998, pp. 77-80).

Publicar cartas missivas, em Portugal, levantava, na altura, vários problemas. O primeiro relacionava-se com o carácter de alguma reserva atribuído à escrita de cunho «familiar», e a uma certa noção de «prestígio» ou de «modéstia» que, sobretudo na aristocracia, se associou até tarde ao manuscrito (Buescu, 2000; Bouza Alvarez, 2001). Não por acaso, na «Satisfação necessária» da primeira edição do *Secretario Portuguez* encontra-se registado, a esse respeito, o seguinte comentário, em tom de remoque: «Tenho firmes esperanças, de que ainda vejam a luz público muitos volumes de cartas de autores nacionais, cujas obras oculta agora, ou a prejudicial modéstia dos seus autores, ou a ambiciosa conservação de seus parentes» (Imagem 34). O segundo problema a considerar tinha a ver com os efeitos políticos eventualmente indesejáveis da divulgação de notícias sobre matérias de Estado, que, de uma forma ou de outra, sempre podiam caber em cartas de amigos. Finalmente, uma razão importante para resistir ao impresso era a ameaça de alguma censura ou condenação por ofensa da Fé.

A primeira edição das cartas familiares de D. Francisco Manuel de Melo data de 1664. Seu impressor foi o romano Felipe Maria Mancini, que investiu num grosso volume com várias centenas páginas e excelente papel. Provavelmente pouco depois, parece ter existido ordem do Santo Ofício para arrancar a última carta da v centúria da colectânea, endereçada ao Geral «de certa religião». E, com efeito, na maior parte dos exemplares que se conhecem, falta o texto final da v centúria. O responsável pela segunda edição, na década de 1750, substitui-o por outro, menos polémico (Silva e Aranha, 1858-1923, vol. II, p. 442; Melo, 1981, pp. 16-18 e 514-518).

No caso do P.^e António Vieira, existem diversos indícios de que os esforços de preparação dos originais manuscritos para os tomos impressos durante o reinado de D.

João V deixaram de fora algumas passagens que poderiam ofender a sensibilidade dos patronos da empresa ou das instâncias censórias que atestavam a consonância dos textos com os princípios políticos, jurídicos e religiosos reconhecidos pela Igreja e pela Coroa. Muitos dos cortes efectuados são relativos à actividade do Tribunal do Santo Ofício. Em carta datada de Coimbra e dirigida no ano de 1668 ao Duque D. Nuno, de Cadaval, suprimiu-se, por exemplo, integralmente, um longo parágrafo de queixas sobre a recente sentença da Mesa contra Vieira e os eficazes circuitos de difusão dessa notícia, que acentuavam o sentimento de desvalia do condenado. O modo de compor o argumento, com precisão de palavras e em sucessivos crescendos, é de um engenho espantoso: «De todo o Reino me chegam cartas de consolação, mas nenhuma delas me consola, porque para mim não a hei mister, e para o hábito, que visto, nenhuma basta. Já a nova hoje chegará em Castela, dali passará a França, a Alemanha, a Itália, e nas primeiras naus ao Brasil e à Índia, e a toda a parte onde há Companhia de Jesus. Julge V. Ex.^a se é grande dor padecer em tantas almas, e se pode haver maior afronta que ter por cada falso o Mundo todo [...]» (Sampayo, 1984, pp. 327-328; Pires, 1997, pp. 21-24; Hansen, 2003, pp. 9-11).

No entender de Francisco José Freire, a relação dos autores portugueses que mereciam ver editadas as suas obras epistolares compreendia o 2º e o 3º Condes de Ericeira, D. Fernando e D. Luís de Meneses; o 2º e o 3º Marqueses de Alegrete, Fernão e Manuel Teles da Silva; D. Francisco de Sousa, Senhor do Calhariz; D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, Marquês de Abrantes; João Gomes da Silva, Conde de Tarouca; D. João de Almeida, 2º Conde de Assumar; D. Fernando Mascarenhas, 2º Marquês da Fronteira, e o 2º Marquês de Valença, D. Francisco de Portugal (Freire, 1745, «Ao Leitor»). A habilidade literária de cada um destes nobres foi objecto de elogios de Barbosa Machado na sua *Bibliotheca*, embora só em dois casos por causa das cartas que tinham escrito. Com o tempo, poucos deles conseguiram ficar como referência na história do género. E os registos da sua efectiva capacidade são muitas vezes numericamente pouco expressivos.

Para o período compreendido entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII, vieram a ter fortuna mais generosa outros personagens **(Imagem 35)**. Estão entre eles José Cunha Brochado, o cavaleiro Francisco Xavier de Oliveira, Alexandre de Gusmão e o Conde D. Francisco de Meneses. Este último foi talvez o que mais investiu no desenvolvimento de uma teia de correspondentes «familiares»: desde o auge da Guerra da Sucessão Espanhola até meados da década de 1740, manteve

contacto com grandes letrados de nações estrangeiras e voluntariou-se para exercer regularmente o papel de uma espécie de «cronista informal» do mundo da corte. Tanto em forma de carta, como em folhetos volantes, denominados «Diários». Deles conservou uma grande quantidade D. Rodrigo Xavier Teles de Meneses, 4º Conde de Unhão, durante o período em que teve a seu cargo o governo das armas da província do Algarve. Pouco se sabe sobre o número de «cópias» que D. Francisco mandava fazer, ou sobre os leitores que tinham, de facto, acesso aos «Diários». Mas a existência de um outro registo contemporâneo, na forma de caderno, e a notícia de constrangimentos relacionados a uma veiculação indevida dos seus conteúdos, por volta de 1734, permitem pensar numa pequena colectividade de aristocratas ou cortesãos que procuravam nesses folhetos o relato dos casos, das anedotas e das indiscrições que nunca chegariam a figurar, por exemplo, na *Gazeta de Lisboa* (Lisboa *et al.*, 2002-2005; Belo, 2005; Miranda, 2009). Em certa medida, o Conde da Ericeira fundamentava, portanto, o inegável sucesso da actividade de correspondente numa licença, por vezes, mal tolerada ou indecorosa. O que talvez ajude a explicar que, na altura, acabasse por ser indicado como modelo pelos seus dotes, menos precisos, de «erudito» e de «mecenas» (Machado, 1741-1759, vol. II, pp. 289-290; Monteiro, 1965, pp. 105-106).

Muitos dos outros letrados que experimentaram uma fama mais «evidente» em decorrência da prática epistolar também frequentaram os limites entre o decoro e o atrevimento, a graciosidade e a imodéstia. Com nuances diversas. José da Cunha Brochado deixou manuscritas centenas de cartas em que troçava em simultâneo do modo de gerir os negócios do reino, do dia-a-dia da vida no paço, do procedimento de alguns indivíduos e de sua própria condição pessoal. Seus textos são curtos, limpos e claros: de um aticismo a toda a prova (Rocha, 1985, pp. 170-176). E, apesar da crueza de certos juízos, quase sempre parece existir a convicção de que o destinatário saberá conservar o necessário segredo sobre as matérias tratadas. Por todos esses motivos, Barbosa Machado teceu-lhe um louvor parecido com os que antes também reservara ao Conde de Tarouca e ao Marquês de Valença, apontando-lhe, no entanto, um lugar de destaque entre os cultores da arte de escrever cartas: «Alcançou o principado no estilo epistolar excedendo em o número, e ainda na discrição as cartas de Plínio, e Séneca tão aplaudidas pela venerável antiguidade» (Machado, 1741-1759, II, pp. 233, 671 e 843-844).

Do cavaleiro Francisco Xavier de Oliveira, a maior parte da correspondência que o celebrizou não poderá reclamar a virtude do comedimento (Oliveira, 1982). Tal como

ocorre no caso de Alexandre de Gusmão, antigo secretário de D. João V: o conhecido conjunto cartas que circulou manuscrito sob o seu nome, praticamente desde o início do reinado de D. José até aos últimos anos do Antigo Regime, em inúmeras cópias (Silva, 1850-1855, t. IX, p. 42; Cortesão, 1950-1963, parte I, t. II, p. 446), deixa a ideia de um indivíduo pouco capaz de guardar o devido decoro em assuntos de Estado, e que prefere gozar o efeito de uma sentença espirituosa, a proteger o seu nome e a dignidade dos cargos que ocupa. Como não se conhecem os originais desse conjunto, apenas impresso, sem grande critério, no século XIX (Cortesão, 1950-1963, parte II, t. I, pp. 7-16), não deixa de ter interesse investigar até que ponto ele poderá ser de facto atribuído ao próprio Gusmão, e em que medida a sua leitura se deve fazer pelo seu aparente valor facial (Cortesão, 1950-1963, parte I, t. II, pp. 207-213). Escrever cartas como uma espécie de jogo de equívocos ou recurso satírico, era, na altura, muito frequente (Alfaro, 1994; Miranda, 2002, pp. 199; Lisboa, 2005). E é curioso que a decisão de alargar por via de lei a todas as sátiras e aos chamados «libelos famosos» a proibição prevista nas *Ordenações* sobre a escrita de cartas difamatórias tenha sido tomada num momento de profunda desgraça pessoal e política de Alexandre de Gusmão; mais exactamente, dois meses antes da sua morte (31.12.1753).

«Tudo se vem a saber»

Assegurar a integridade e o segredo dos papéis relativos ao governo da República e da Igreja foi desde cedo tarefa importante, mas complicada. Ainda em meados do século XVIII, quando morria um Secretário de Estado, o titular de um conselho ou um ministro encarregado de uma missão diplomática, era comum encontrar-se nos seus aposentos domésticos uma grande quantidade de documentos relacionados com o desempenho das suas funções: consultas, memórias, arbítrios, requerimentos, avisos, correspondência «de ofício» e correspondência «familiar» (AHU, CU, Reino, Cx. 67; AN/TT, CG, M^o 269, e MNE, cx. 562; BNP, FG, cód. 9102, fls. 23v-24; Oliveira, 1885-1911, t. XV, 1^a parte, p. 173). Parte desses espólios passava para a posse dos herdeiros de sangue ou era colhida pelas mãos de criados (Rodrigues, 1950, pp. 30-55; Oliveira, 1980, pp. xxiii-xxvi). A parte restante, não raras vezes com elementos mais pessoais ou algo compósitos, ia finalmente parar à Coroa (Imagem 36).

Também desde cedo, as entidades políticas e burocráticas que se formaram em torno dos modernos monarcas europeus tiveram uma certa tendência para procurar

reunir subsídios ou informações para além dos circuitos estritamente reconhecidos como oficiais. Os intensos conflitos religiosos que assolaram o continente ajudaram a justificar verdadeiras redes subterrâneas de controlo de dados. Só no início do século XVIII a percepção de que o serviço das embaixadas podia ser sobretudo uma forma encoberta de espionagem entre potências rivais parece ter começado a decair de modo sensível (Callières, 2002, pp. 82, 122, 135 e 172). E, internamente, em cada república ou monarquia, o grau de controlo das relações pessoais que contivessem um potencial disruptivo, antes dependeu da capacidade de manutenção dos recursos necessários ao desempenho eficaz dessa tarefa, que de um suposto desejo ou propensão específica das autoridades.

As instâncias de controlo do conteúdo das correspondências com interesse para os negócios políticos multiplicaram-se durante o século XVII. Na Inglaterra, esse serviço ficou conhecido como *black cabinet*; na França, *cabinet noir*; nos Estados de Itália, *camere nere* (Turner, 1918; Ellis, 1958; Bély, 1990, p. 140; Bély, 2007, pp. 492-493). De um modo geral, o reconhecimento da sua existência era evitado, para poupar problemas políticos e diplomáticos. Mas o âmbito da sua efectiva actuação tendeu a abarcar praticamente todos os tipos de cartas.

De acordo com um testemunho oitocentista, em Portugal a regular abertura da correspondência adoptou-se no reinado de D. João V, para garantir «a segurança do trono» e «precaver os mais remotos inconvenientes» que pudessem resultar «em desvantagem do público». Os conhecimentos fundamentais para o arranque dessa nova prática de «polícia» teriam sido trazidos de Roma pelo Marquês de Fontes-Abrantes, quando do regresso da sua embaixada (BNP, PBA, nº 686). Ao que parece, a ideia terá subido a despacho do monarca, que logo a aprovou.

Nesse primeiro momento, o Real Gabinete de Abertura, instalado debaixo do torreão da Casa da Índia, tinha como integrantes Alexandre de Gusmão, o coronel de engenheiros Manuel da Maia, o mestre de campo graduado em brigadeiro Aires da Cruz, o P.º Francisco Bravo de Aguiar, os beneficiados António Baptista e Domingos Pereira, o Prior de São Tomé e o próprio Marquês D. Rodrigo. Algumas sessões chegaram a ser acompanhadas pessoalmente pelo soberano, que «mandou fazer uma escada na sua livraria, pela qual descia para o gabinete, lendo e mandando ler as cartas, ordenando que se copiassem umas e que se fechassem outras» – com o cuidado necessário para não provocar grandes dados nos sobrescritos (Imagem 37). Mais tarde, e até ao final do reinado, a maior parte das operações dependeu sobretudo de Alexandre

de Gusmão e de três dos sacerdotes de maior confiança do monarca (BNP, PBA, nº 686; ACL, SV, nº 905, fls. 1-6; Silva, 2006, p. 74).

O «Diário» do Conde da Ericeira confirma que a correspondência das frotas do Brasil e da Índia era regularmente apreendida para inspecção, e apenas depois entregue ao correio. Foram assim descobertos vários descaminhos de ouro e diamantes, que chegaram a envolver personalidades de relevo (Lisboa *et al.*, vol. 1, p. 184, e vol. 2, p. 52).

Na década de 1750, o gabinete acolheu dois novos oficiais: António José Galvão e Francisco da Costa, ambos da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. O único sobrevivente da equipa inicial era então o P.^e Francisco Bravo de Aguiar, que por também merecer a inteira confiança d'el-rei D. José e do seu Secretário Sebastião de Carvalho, se manteve no lugar. Testemunhos diversos assinalam, inclusive, que o novo monarca lhe comprou uma boa residência na Calçada do Galvão, onde se fez um escritório para abrigar o seu expediente após o terramoto. O P.^e Bravo tinha ao seu dispor um farto guarda-roupa, quatro cavalos para duas seges e uma provisão de alimentos da Ucharia Real (BNP, PBA, nº 686; AN/TT, AMF, Casa Real, L^o 104, fl. 40v). Diz-se que o rei cultivou o costume de o ir visitar, para saber da sua saúde, ao recolher-se do campo de caça para a Barraca da Ajuda (ACL, SV, nº 905, fls. 1-6).

A actividade do Real Gabinete de Abertura ficou associada a vários processos políticos desse momento de grandes mudanças. Entre eles, o da chamada «Junta da Providência», que teria por fim a elevação do ministro português na corte de Roma, António Freire de Andrade Encerrabodes, a Secretário de Estado dos Negócios do Reino, como contraponto à crescente influência de Sebastião de Carvalho no espírito do rei. O assunto foi debatido numa série de cartas trocadas entre o Encerrabodes, o seu procurador em Lisboa e dois barbadinhos italianos que também estariam em contacto com um dos mais ricos negociantes de Portugal: Martinho Velho Oldemberg. Tudo se soube, no entanto, no Real Gabinete de Abertura, que extraiu os «produtos» de boa parte das cartas do ministro e dos dois religiosos barbadinhos, onde figuram expressões pouco ligeiras em relação ao próprio monarca. Os principais implicados foram detidos ou afastados de suas funções, sem qualquer tipo de acusação regular (Miranda, 2004).

Nos anos seguintes, passou a ser bastante mais aguçada a consciência da necessidade de refrear opiniões pessoais em todos os escritos que circulavam pela posta ordinária. E multiplicaram-se os subterfúgios utilizados para tentar iludir a vigilância do «gabinete secreto». Alguns remetentes disfarçaram a caligrafia. Outros deixaram de

assinar os seus nomes ou esconderam-se em identidades fictícias. Mas o mais frequente artifício para burlar os oficiais da Secretaria de Estado foi a troca do destinatário no sobrescrito ou, como então se dizia, o uso de «falsas cobertas». Por vezes, usava-se uma dentro de outra (AN/TT, MNE, cx. 940).

As cartas apreendidas nas residências de indivíduos suspeitos de conspiração também ajudavam a condená-los. Bons exemplos a esse respeito são os casos que levaram à extinção da Mesa do Bem Comum, em 1755, e à expulsão dos padres da Companhia de Jesus, em 1759 (AN/TT, MNE, cx. 940; BNP, CO, cx. 117 e 120). Coleccionar correspondência que suscitasse algum tipo de constrangimento político passou, portanto, a ser encarado como um risco praticamente incomportável. Anos depois, no auge da Viradeira, uma das filhas do próprio Marquês de Pombal faria questão de recomendar à sua mãe que tivesse o cuidado de destruir por completo as suas missivas: «V. Ex.^a se lembre de queimar todas as minhas cartas e mais o que escrevo a meu pai [...]» (BNL, PBA, nº 711, fls. 113-114) **(Imagem 38)**.

D. João de Almeida Portugal, 2º Marquês de Alorna, preso na Torre de Belém e no Forte da Junqueira, por ser casado com uma das filhas dos Marqueses de Távora, foi certamente mais temerário: durante quase duas décadas manteve uma intensa correspondência clandestina com a sua mulher, D. Leonor de Lorena, e os seus três filhos: Leonor, Maria Rita e Pedro José. Os assuntos que tratavam compreendiam desde as notícias mais corriqueiras sobre o quotidiano da vida nas celas, os poucos momentos de convívio com os outros detidos, a saúde e o carácter de cada um, até aos progressos das crianças na sua educação, os obstáculos que experimentavam enquanto cresciam, as fortes saudades de todos e o melhor modo de proteger a família e restaurar o antigo prestígio da sua Casa. Pelo meio, também conversavam, por vezes, com alguma tristeza, sobre as notícias que lhes chegavam da corte e do mundo (Anastácio, 2009, pp. 55-62).

Semelhante comércio de informações dificilmente passava despercebido pelos carcereiros. Ao que parece, aliás, por mais de uma vez, praticamente toda a Lisboa terá comentado a correspondência secreta entre os Alorna, sem que daí decorressem castigos de monta. De qualquer modo, quer o Marquês, quer a mulher e os filhos, procuraram ter um cuidado adicional sempre tocaram em assuntos politicamente espinhosos. Um dos recursos que desenvolveram nesse sentido foi uma espécie de cifra, composta de poucas palavras e abreviaturas, para referir alguns personagens. Um segundo, foi a substituição da tinta de cor, preta ou vermelha, por uma «tinta simpática», de sumo de limão ou vinagre, que apenas se tornava visível sob o calor de uma chama **(Imagem 39)**.

Finalmente, todas as passagens mais críticas ou embaraçosas tendiam a ser rasuradas após a leitura, com traços firmes e generosos, para que assim não restassem novos argumentos de acusação aos algozes da Coroa (Neves, 1983, pp. 110-111; Anastácio, 2007, pp. XVII-XX; Anastácio, 2009, p. 57).

Quem espreitava, quem espiava e comprometia a devida reserva na troca de cartas «familiares» eram igualmente os correios que as transportavam, os adversários, os falsos amigos, os criados de casa, parentes e curiosos. Em meados de Setembro de 1761, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, escrevendo à mulher, D. Leonor Josefa de Portugal, residente na corte, começava a externar pequenas reservas sobre os correios de Trás-os-Montes. Incomodavam-no acima de tudo os preços cobrados pelo transporte de algumas encomendas. E manifestava interesse em descobrir se por acaso existia um regimento que regulasse o assunto. Dias depois, retomava a ideia, sugerindo à mulher que procurasse saber da viabilidade de adquirir para Mateus a sua própria bolsa de correspondência, «como têm vários conventos, que lhe vem fechada na mesma forma que vai para as vilas mais pequenas» (Bellotto, 2007, pp. 104 e 106). Pensava também, nessa altura, que assim talvez conseguisse escapar da indiscrição que crescia, na terra, em torno das cartas de D. Leonor. Mas as suspeitas de que algo de errado realmente ocorria, logo passaram a exigir outras medidas: «Não me escreva em direitura a mim, porque desconfio me possam tirar as cartas para saber o que se passa» (30.9.1761); «[...] minhas cartas não podem ir no correio descobertas porque as hão-de ver [...]» (3.11.1761). A efectiva eficácia dessas cautelas era, no entanto, muito relativa: «Estou que não sei o que faço, não há coisa que não me lembre, até me parece que tiraram a carta para saberem dos meus negócios pelo que não torne a escrever por via do meu tio, mande-me as cartas por João Frutuoso, que já cá é público que me escreve por meu tio que aqui não se guarda segredo [...]» (16.12.1761) (Bellotto, 2007, pp. 108, 129 e 144). E, com o tempo, os problemas pioravam: «[...] se acaso me escreveu [carta] pelo correio diga-me se a mandou ao Porto a João Frutuoso, ou se me deixou de escrever por escrever ao Almocreve que ainda não chegou, e estas faltas me dão suma mortificação e acrescenta o receio de ma poderem apanhar os meus inimigos [...]» (4.3.1761); «Saberá que me falta a sua carta de treze de Fevereiro, aquela que havia de chegar cá na segunda do Entrudo: nesse dia fui a Vilar de Maçada, achei-me sem a sua carta e mandando perguntar ao Porto me dizem que a lançaram no correio sem dúvida alguma. [...] receio desse na mão de meus inimigos porque até agora não tem aparecido [...]» (7.3.1761) (Bellotto, 2007, pp. 171-173).

No espaço doméstico aristocrático, o direito à reserva na correspondência «familiar» variava de acordo com a posição no seio do grupo e as circunstâncias em que na altura cada um se encontrava. Contrariamente ao que em geral sucedia com as notícias de parentes mais próximos ou amigos chegados, que circulavam com um certo à-vontade, deviam guardar-se para os olhos dos chefes da casa as que versassem questões de finanças, justiça e propriedade (Bellotto, 2007, p. 149). Era defensável, por vezes, abrir uma carta que se tivesse o encargo de reenviar a uma grande distância, para perceber se haveria alguma medida que se pudesse antecipar, no estrito interesse do destinatário (Bellotto, 2007, p. 142). E, em se tratando de correspondência de subalternos, jovens imberbes ou simples crianças, as prerrogativas de quem ocupava o lugar de *pater familias* eram tradicionalmente bastante alargadas.

Mas no decorrer da segunda metade do século XVIII, e nos mesmos extractos cimeiros da sociedade, começou a notar-se a emergência de um diferente desejo de protecção dos domínios do indivíduo. As novas gerações foram acedendo à leitura de textos ilustrados ou de vulgarização de uma sensibilidade que se pretendia mais requintada, e que também se ansiava escolher com quem partilhar. Anseios, desejos e aspirações nem sempre explicáveis com facilidade. Sobretudo perante os mais velhos.

Num papel muito fino, de origem holandesa, e com uma letra quase infantil, subsiste nos códices da antiga colecção dos Marquêses de Pombal a seguinte confidência em forma de carta:

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

Meu pai e meu Senhor do meu coração: [a]inda que escrevi segunda-feira a V. Ex.^a pelo correio que daqui partiu, não quero deixar de repetir esta diligência em que tanto se interessa o meu cuidado e a minha saudade. *Eu vivo bastante desconsolada. O motivo, não me atrevo a dizê-lo, porque V. Ex.^a nunca me falou em tal matéria; por isso eu também lhe não tenho falado nela. Peço a V. Ex.^a me responda sem mostrar à avó que eu fiz esta, e eu a deito solta no correio, porque a avó me lê todas as minhas cartas.* Espero que V. Ex.^a me desculpe esta confiança, lembrando-se de que eu não tenho outra pessoa de quem me valha, senão V. Ex.^a. A tia Joaquina, sempre que me vê, me pede a recomende a V. Ex.^a. A tia Leonor faz a mesma expressão, e diz que não escreve porque V. Ex.^a lhe não responde as suas cartas. Espero dever-lhe o favor da resposta desta, e que me deite a sua bênção, e creia, meu querido pai, que eu sou, de V. Ex.^a, filha que mais o ama e respeita

Isabel»

(BNP, PBA, nº 715, fl. 164, grifos nossos)

Sem mais.

Ora, tudo indica que para o pai de Isabel a mensagem é clara: sua filha está triste e desgostosa por um motivo que não denomina, mas que ambos conhecem. O estudado silêncio que no entanto o rodeia parece ter pelo menos três fundamentos: o primeiro, tão

pertinente quanto oportuno, é a reverência devida à figura do pai; o segundo, que se adivinha nas entrelinhas, é o desejo de alguma reserva da própria Isabel – possivelmente incomodada com a natureza do assunto tratado; o terceiro, não menos sério, tem a ver com o intuito de poupar à família um desgosto maior, no caso de ser afinal descoberto o engano da avó. O que parece ter sucedido.

A análise do tipo de papel, da qualidade da caligrafia, do estilo de expressão de Isabel e de todo o contexto que ele apresenta – dando a entender que Isabel será órfã de mãe e que terá a assistência constante de duas tias: Joaquina e Leonor –, sugere que a carta se destinava a D. Vicente de Sousa Coutinho, ministro de Portugal em Turim e em Versalhes, sucessivamente, no intervalo de 1762 a 1772. D. Vicente era viúvo de D. Teresa da Câmara, filha de Luís Gonçalves da Câmara Coutinho e sobrinha de Joaquina Maria de Mendonça, freira na Anunciada. Uma das irmãs do ministro era a mulher do Morgado de Mateus: D. Leonor Josefa de Portugal. E a sua mãe, D. Maria Antónia de Meneses Monteiro Paim, manteve consigo, em Lisboa, na ausência do filho, a única neta que a nora lhe dera: D. Isabel Juliana de Sousa Monteiro Paim (Gayo, 1989-1990, vol. V, pp. 457-458, e vol. VII, pp. 292-293; Silva, 2002-2006, vol. I, pp. 19-31 e 42) **(Imagem 40)**.

Na primeira metade dos '60, D. Isabel foi prometida em casamento a José Francisco Maria de Carvalho e Daun, terceiro filho do Conde de Oeiras. Como então se fazia, o assunto foi combinado directamente entre as famílias das duas crianças, com um grande empenho da avó de D. Isabel, de sua tia D. Leonor e do próprio Secretário de Estado do Reino, Sebastião de Carvalho. Ocorre, porém, que D. Isabel tinha uma forte afeição por outro rapaz, D. Alexandre de Sousa e Holstein, e resistiu ao enlace proposto. Mais tarde, tendo-se visto obrigada a ceder à pressão, recusou-se a consumir o casamento, «não querendo meter-se na cama» com o jovem marido. Foi por isso chamada «o bichinho de conta» (Gayo, 1989-1990, vol. V, p. 458; Carvalho, 1898-1903; Silva, 2002-2006, vol. I, pp. 48-50; Bellotto, 2007, pp. 143, 260-262, 292-297 e 329-332).

A carta que D. Isabel Juliana tentou enviar a seu pai parece ser uma das suas primeiras expressões de desgosto sobre o assunto. No fundo, o que ela queria dizer naquele momento é que se sentia extremamente desiludida por nunca lhe terem sequer mencionado a hipótese de vir a ser noiva de José de Carvalho. Desiludida provavelmente com a avó, mas, sobretudo, desiludida com D. Vicente. E mesmo afectando não lhe falar ela própria a esse respeito, dava a entender que ficava a aguardar

uma resposta que a esclarecesse, assim que possível. A presença da carta no meio de um códice de correspondência da Casa Pombal parece, contudo, indicar que o seu efectivo destino foram as mãos do Conde de Oeiras.

A surpreendente habilidade de composição de D. Isabel Juliana recorda mais uma vez a correspondência que anos depois entretêm D. Teresa de Mello Breyner, Condessa de Vimieiro, e D. Leonor de Almeida Portugal. A primeira, nascida ainda na década de 1730; a segunda, em 1750. Também no seu caso, a troca de cartas é claramente indevida, e existe o recurso ao mesmo tipo de subterfúgios de ocultação que ocorrem na série do Forte da Junqueira. Entre as duas amigas, ambas poetisas, o gosto que sentem e o cuidado que têm em relação à escrita chega a ser tema de várias missivas. Especificamente a respeito do género epistolar, há algumas passagens que ajudam a entender o que surge de novo na segunda metade do século XVIII.

D. Teresa, antiga discípula de Cândido Lusitano, cedo observa à jovem Alcipe que a lição dos tratados de Eloquência é o verdadeiro fundamento de todo o tipo de composição. São eles que, de uma forma ou de outra, proporcionam as ferramentas mais adequadas para tirar o devido proveito dos grandes autores. Estudo, leitura e exercício, tanto quanto possível, devem estar em perfeito equilíbrio. D. Teresa lamenta, entretanto, não poder, ela própria, seguir esse método: «Eu te aconselho o que não faço; mas não o faço porque não posso, porque nunca pude» (Anastácio, 2007, pp. 12). Mantém-na ocupada as tarefas da casa e as obrigações que decorrem do seu casamento. Por isso, quando se senta para escrever à amiga, esquece os preceitos que em princípio deveria cumprir, deixando-se levar livremente pelos seus sentimentos mais espontâneos: «Escrevo como se te falara; o coração põe na pena o que derramara nas palavras se estivesse contigo [...]» (18.1.1771); «Tu minha Senhora és quem das às minhas cartas o merecimento, e a viveza que lhes falta, quando saem da minha mão: a pressa, com que são feitas e a desordem [...] que se espalha por todas elas, as faria talvez indignas de chegarem à tua presença» (05.1777) (Anastácio, 2007, pp. 8 e 12).

Para D. Teresa, os grandes autores que se devem saber e estudar são basicamente os antigos e alguns consagrados franceses e italianos, como Boileau, Fénelon e Metastasio. No que respeita à epistolografia, a referência mais recorrente é Marie de Chantal, Madame de Séguin, célebre marquesa do século XVII cuja correspondência foi publicada, parceladamente, depois de sua morte (Anastácio, 2007, pp. XXXVI-XXXVII, 12, 14, 34 e 35).

D. Leonor de Almeida Portugal parece já ser o produto de uma escola diversa,

que a condição de reclusa pelos crimes dos Távora transforma em aluna precoce (Imagem 41). Para ela, muito mais que para D. Teresa, o exercício constante da escrita é certamente prioritário, e o convívio dos mais modernos autores, que lhe servem de exemplo, parece também preferível ao dos velhos compêndios. D. Leonor lê Marmontel, Montesquieu, D'Alembert e Helvetius. Conhece poetas britânicos, italianos e alemães. Segue a edição do *Monthly Review*. Além disso, tem um certo fascínio pelos novos romances em forma de carta, como a *Clarissa* (1749) de Samuel Richardson e *Julie, ou la Nouvelle Heloïse* (1761), de Jean-Jacques Rousseau. Chega, inclusive, a rever-se nos seus personagens. E é nesses romances, nesses trabalhos de «escrita do coração», que D. Leonor vai igualmente buscar algumas das fórmulas que utiliza nas suas «conversas» com D. Teresa. A intensidade dos termos é de tal ordem, que às vezes fica a impressão de um completo abandono ao governo das emoções – mesmo correndo o risco de ser imprudente. Porque, de facto, a maior imprudência, entre amigos, é o artifício: «Minha Tirse apertemos os corações um contra o outro, deixemos que ardam nessa fogueira deliciosa de uma terna amizade, sintamos o preço da nossa existência, e deixemos se é possível uma linguagem alegórica que em tal distância não pode ser senão uma fonte de amarguras interminável [...]» (1777) (Almeida, 2005; Flor, 2005; Anastácio, 2007, pp. XXV-XXXIX; Anastácio, 2009, pp. 93-108).

O sentimento «espontâneo» de D. Teresa e a intensidade «sensível» de D. Leonor tendem a conciliar-se numa espécie de «estética da negligência». De uma sublime simplicidade. Que subentende dois movimentos de sentidos contrários: por um lado, a possibilidade de uma expressão social menos condicionada por regras estranhas às «pulsões» naturais; por outro, o reconhecimento de territórios, direitos e prerrogativas que são exclusivos do indivíduo. E, nesses domínios, a sabedoria das gerações mais antigas e a sabedoria acumulada nos livros deixa de ser sobretudo um constrangimento e passa a ser um suporte de transformação. De re-criação. A oportunidade de acesso à leitura e à escrita é cada vez mais uma oportunidade de afirmação «pessoal» (Imagem 42)*.

* Agradecemos especialmente a colaboração e o apoio prestados por Ana Cristina Santana Silva (BNP), Celina Bastos (MNAA), João Bernardo Galvão Telles, Lígia Martins (BNP), Rui André Alves Trindade (MNAA), Teresa Duarte Ferreira (BNP) e Teresa Pinto Ribeiro.

Fontes e bibliografia:

A. Manuscritos

A.1. Academia das Ciências de Lisboa (ACL)

Série Vermelha (SV), Correspondência e papéis vários, nº 237; «Notícia dos correios antes do terramoto», nº 905, fls. 1-6.

A.2 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Conselho Ultramarino (CU), Reino, Cx. 67, «Nota de remessa ao Secretário de Estado Aires de Sá e Melo pelo oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra [...]», s/d [post. 29.4.1777].

A.3. Arquivo Nacional/ Torre do Tombo (AN/TT)

Arquivo Distrital de Lisboa (ADL), Registos Paroquiais, Freguesia da Ajuda, cx. 12, nº 4; Freguesia de S.^{ta} Justa, cx. 10, nºs 7-9; cx. 11, nºs 10-12; cx. 12, nºs 13-15.

Arquivo do Ministério das Finanças (AMF), Casa Real, L^o 104, fl. 40v.

Conselho de Guerra, M^o 269, pasta «1762». Ofício (minuta) de D. Luís da Cunha Manuel, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ao Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário de Estado do Reino, s/d [fins de 1762?].

Desembargo do Paço (DP), Corte, mç. 682.

Inquirição de Lisboa (IL), nº 11801.

Manuscritos da Livraria, «Parvoíces de vários autores em diversas ocasiões recolhidas por um curioso desta Corte», nº 1228.

Ministério do Reino (MR), mç. 288, cx. 385; mç. 453, cx. 567; mç. 454, cx. 569; liv. 362.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), cx. 562, mç. «1749». Ofício (minuta) de Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda, Enviado Extraordinário de Portugal, a D. Luís da Cunha Manuel, Principal da Igreja Patriarcal. 13.10.1749; cx. 940.

Real Mesa Censória (RMC), cx. 27.

A.4. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP):

Colecção Jorge Moser (CJM), «Apótegmas discretos e asnáuticos, parvoíces eclesiásticas e seculares ou obliquidades do juízo e agudezas do entendimento de um e outro estado», de José da Cruz da Silveira, nº 718.

Colecção Pombalina (PBA), «“Cópia das notas que existiam nos felices (*sic*) reinados dos Senhores D. João 5^o e D. José 1^o de gloriosa memória” sobre os gabinetes de abertura», nº 686, fls. 35-36; Correspondência diversa, nºs 711 e 715.

Colecções em Organização (CO), cx. 117 e 120.

Fundo Geral (FG), «Ditos atribuídos aos Padres Bernardos», cód. 7265; «Descrições bernardíticas, laureadas de engenho, e faíscas de agnático juízo. Dedicadas à Ilustríssima Família Claravilense pelo Bacharel Nada lhe Escapa», cód. 8605; «Autos do processo instituído contra o Marquês de Pombal em execução do decreto de 66 de Setembro de 1779», cód. 9102.

A.5. British Library (BL)

Additional Manuscripts (Add. Mss.), Manuscritos de António Fortunato de Sousa Bastos (cópias de folhas satíricas e de um manual sobre arte cómica, 1750), nº 15168; Processo «Tiradentes», Minas Gerais, 18.3.1792 (cópia da ACL), nº 15190.

B. Impressos

Adão, Áurea, 1997, *Estado absoluto e ensino das primeiras letras. As escolas régias (1772-1794)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Aguilar Piñal, Francisco, 2005, *La España del Absolutismo Ilustrado*, Madrid, Espasa Calpe.

Alfaro, José, 1994, *O jogo das cartas. O lúdico numa antologia epistolar barroca*, Lisboa, Quimera.

Almeida, Teodoro de, 1779, *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna ou Arte de viver contente*, t.1, Lisboa, Regia Officina Typográfica.

Almeida, Teresa Sousa de, 2005, «Correspondências. Usos da carta no século XVIII», in Nuno Gonçalo Monteiro, Teresa Sousa de Almeida e Vanda Anastácio (org.), *Correspondências. Usos da carta no século XVIII*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.

Amado, Maria Teresa, 1997, «“Biblioteca” e ordens dos saberes: da Biblioteca-Livraria à Biblioteca-Catálogo na Espanha dos Austrias», *Cultura. Revista de história e teoria das ideias*, nº 9, pp. 23-44.

Anastácio, Vanda (org.), 2007, *Cartas de Lília a Tirse (1771-1777)*, Lisboa, Colibri e Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2007.

Anastácio, Vanda, 2009, *A Marquesa de Alorna (1750-1839)*, Lisboa, Prefácio.

Andrade, António A. Banha de, 1981-1984, *A Reforma Pombalina dos estudos secundários (1759-71)*, Coimbra, Universidade.

Araújo, Ana Cristina, 1999, «Livros de uma vida. Critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII», *Revista de História das Ideias*, nº 20, pp. 149-185.

Araújo, Ana Cristina, 2005, «A correspondência: regras epistolares e práticas de escritas» in Margarida Sobral Neto (coord.), *As comunicações na Idade Média*, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, pp. 119-145.

Barata, Maria da Guia V., 1993, *Do Iluminismo ao liberalismo: a caminho da homogeneização dos níveis de alfabetização e da criação de um mito: o alfabetizado. Aguiar de Sousa 1750-1820*, Porto, Faculdade de Letras (tese de mestrado polic.).

Barros, João de, 1540, *Grammatica da lingua portuguesa*, Olyssipone, apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum.

Barthes, Roland, e Eric Marty, 1980, «Orale/scritto» in Ruggiero Romano (dir.), *Enciclopedia*, vol. 10, Torino, Einaudi, pp. 60-86.

Bartoli Langeli, Attilio, 1989, *Storia dell'alfabetismo come storia degli scriventi: gli usi della scrittura in Italia tra medioevo ed età moderna*, Firenze, Università degli Studi, Dipartimento di Storia.

Bellotto, Heloisa Liberalli, 2007, *Nem o tempo, nem a distância. Correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98)*, Lisboa, Alêtheia Editores.

- Belo, André, 2005, *Nouveles d'Ancien Régime. La Gazeta de Lisboa et l'information manuscrite au Portugal (1715-1750)*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales (tese de doutoramento polic.).
- Bély, Lucien, 1990, *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*, Paris, Fayard.
- Bély, Lucien, 2007, *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne XVI^e-XVIII^e siècle*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Bennassar, Bartolomé, 1983, «Les résistances mentales» in *Aux origines du retard économique de l'Espagne XVI^e-XIX^e siècles*, Paris, CNRS.
- Bezerra, Manuel Gomes de Lima, 1785-1791, *Estrangeiros do Lima*, 2 vols., Coimbra, Real Officina da Universidade.
- Braida, Ludovica, 2009, *Libri di lettere, La raccolta epistolari del Cinquecento tra inquietudini religiose e «buon volgare»*, Roma, Editori Laterza.
- Bouza Álvarez, Fernando, 2001, *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo de oro*, Madrid, Marcial Pons.
- Buescu, Ana Isabel, 2000, «Impressos e manuscritos em Portugal na Época Moderna. Uma sondagem», in *Memória e poder. Ensaio de história cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. [29]-48.
- Burke, Peter, 1993, *The art of conversation*, Cambridge, Polity Press.
- Callières, François de, 2002, *De la manière de négocier avec des souverains*, Édition critique par Alain Parker Lempereur, Genève, Librairie Droz.
- Câmara, Maria Alexandra Gago da, 2004, «“Mundanidade” e quotidiano na cultura portuguesa de Setecentos: escritas codificadas de comportamento social», *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, pp. 107-118.
- Camarinhas, Nuno, 2009, «Bibliotecas particulares de magistrados no século XVIII», *Oficina do Inconfidência. Revista de Trabalho*, Ano 6, n^o 5, pp. [13]-31.
- Camões, José (ed.), 2007, *Teatro Português do Século XVI*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Cardoso, António M. de Barros, 1995, *Ler na livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- Carvalho, José Adriano de Freitas, 2003, «A retórica da cortesia: Corte na Aldeia de Francisco Rodrigues Lobo (1619), fonte da *Epítome de la eloquencia española* (1691) de Francisco José Artiga», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n^o 0, pp. 423-441.
- Carvalho, Maria Amália Vaz de, *A vida do Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein (1898-1903)*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional.
- Carvalho, Rómulo de, 1986, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castilho, Júlio de, 1893, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Castro, Aníbal Pinto de, 1973, *Retórica e teorização literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos.
- Castro, Aníbal Pinto de, 2009, «D. Francisco Manuel de Melo, um “polígrafo” de cartas familiares», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n^o 6, pp. 11-16.
- Certeau, Michel de, 1990, *L'invention du quotidien*, vol. 1 («Arts de faire»), Paris, Gallimard.
- Chartier, Roger, 1991, «Des “secretaries” pour le peuple? Les modèles épistolaires de l'Ancien Régime entre littérature de cour et livre de colportage», in Roger Chartier (dir.), *La correspondance. Les usages de la lettre au XIX^e siècle*, Paris, Fayard, pp. 159-207.

- Chartier, Roger, Dominique Julia e Marie Madeleine Compère, 1976, *L'éducation en France du XVIe au XVIIIe siècle*, Paris, SEDES.
- Chartier, Roger e Jacques Revel, 1978, «Université et société dans l'Europe moderne: position des problèmes», *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, t. 25, nº 3, pp. 353-374.
- Chaunu, Pierre, 1971, *La Civilisation de l'Europe des Lumières*, Paris, Arthaud, 1971.
- Cipolla, Carlo, 1969, *Literacy and development in the West*, Harmondsworth, Penguin.
- Cortesão, Jaime, 1950-1963, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, 9 vols., Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores.
- Costa, José Daniel Rodrigues da, 1798, *Teatro comico de pequenas peças*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira.
- Costa, Walmira, 2009, *Livros de Ouro: inventário dos termos de compromisso das irmandades religiosas mineiras no século XVIII*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (trabalho de projecto polic.).
- Cunha, Mafalda Ferin, 2009, «As Cartas familiares: obra barroca, obra moderna», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, nº 6, pp. 77-92.
- Dias, José Sebastião da Silva, 1969, *A Política Cultural na Época de D. João III*, 2 vols., Coimbra, Universidade.
- Domingos, Manuela D., 1998, *Livraria de D. José da Silva Pessanha. Do colecionador à Biblioteca Pública*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- Duglio, Maria Ricciarda, 1971, «Alfabetismo e società a Torino nel secolo XVIII», *Quaderni Storici*, Anno VI, nº 17, pp.485-509.
- Ellis, Kenneth L., 1958, «British communication and diplomacy in the eighteenth century», *Bulletin of the Institute of Historical Research*, vol. XXXI, nº 84, pp. 159-167.
- Enes, Maria Fernanda, 1991, *Reforma Tridentina e religião vivida (os Açores na época moderna)*, Ponta Delgada, Signo.
- Este he o Rol dos Livros defesos por o Cardeal Infante / Inquisidor Geral nestes Reynos de Portugal*, 1551, Lisboa, Germão Galhardo, (exemplar da Biblioteca Pública de Évora, Res. 390).
- Fernandes, Maria de Lurdes Correia, 2000, *A Biblioteca de Jorge Cardoso († 1669) autor do Agiologio Lusitano. Cultura, erudição e sentimento religioso no Portugal Moderno*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fernandes, Rogério, 1980/81, «O nascimento da educação de adultos, séculos XVII-XVIII», *O Instituto*, 140-141, pp. 43-77.
- Fernandes, Rogério, 1994, *Os Caminhos do ABC. Sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*, Porto, Porto Editora.
- Ferreira, António, 1988, «Uma perspectiva sobre a educação da criança nos finais de seiscentos» in *Primeiro encontro de História da Educação em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 65-73.
- Figueiredo, Manuel de Andrade de, 1722, *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*, Lisboa Occidental, Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho.
- Flor, João Almeida, 2005, «Alcipe: uma revista inglesa em Chelas», in Nuno Gonçalo Monteiro, Teresa Sousa de Almeida e Vanda Anastácio (org.), *Op. cit.*, pp. 33-44.
- Folheto de ambas Lisboas*, 1730-1731, Lisboa Occidental, Oficina da Musica.
- Fonseca, Fernando Taveira da, 1995, *A Universidade de Coimbra 1700-1771: estudo social e económico*, Coimbra, Universidade.
- Fonseca, Maria do Céu, 1998, «Notações histórico-teóricas sobre textos epistolares do século XVII. As Cartas familiares de D. Francisco Manuel de Melo», *Correspondências. O género epistolar*, Departamento de Línguas e Literaturas

- Românicas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 71-88.
- França, Eduardo d'Oliveira, 1997, *Portugal na Época da Restauração*, São Paulo, Hucitec.
- Frascadore, Angela, 1991, «Livelli di alfabetizzazione e cultura grafica a Lecce intorno alla metà del XVII secolo (1640-1659)» in Bartoli Langeli et Toscani (ed.), *Istruzione, alfabetismo, scrittura. Saggi di storia dell'alfabetizzazione in Italia (sec. XV-XIX)*, Milano, FrancoAngeli, pp. 109-148.
- Freire, Francisco José, 1745, *Secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas*, Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- Freire, Francisco José, 1777, *Secretario portuguez, ou modo de escrever cartas*, Lisboa, Officina Rollandiana.
- Freire, Francisco José, 1801, *Secretario portuguez, ou methodo de escrever cartas*, Lisboa, Typografia Rollandiana.
- Furet, François, e Jacques Ozouf, 1977, *Lire et écrire. L'alphabétisation des Français de Calvin à Jules Ferry*, 2 vols., Paris, Minuit.
- Garnot, Benoît, 1990, *Le peuple au siècle des Lumières. Échec d'un dressage culturel*, Paris, Imago.
- Gayo, Manuel José da Costa Felgueiras, 1989-1990, *Nobliário de famílias de Portugal*, 12 vols., Braga, Edições de Carvalho de Basto.
- Gibelli, Antonio, 1987, «Pratica della scrittura e mutamento sociale. Orientamenti e ipotesi», *Materiali di lavoro. Rivista di studi storici*, n° 1-2, pp.7-20.
- Givanel Mas, Juan, 1912, *Prosa epistolar. Colección de cartas de los principales escritores de los siglos XVI e XVII*, Barcelona, Antonio López, editor.
- Goody, Jack, (ed.) 1968, *Literacy in Traditional Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Graff, Harvey J., 1987, *The legacies of literacy. Continuities and contradictions in Western Culture and Society*, Bloomington Indianapolis, Indiana University Press.
- Gusmão, Alexandre de, 1685, *Arte de Crear bem os filhos na idade da puericia*, Lisboa, Miguel Deslandes.
- Hansen, João Adolfo, 2003, «Introdução» in P.º António Vieira, *Cartas do Brasil, 1626-1697*, São Paulo, Hedra, pp. [7]-74
- Hazard, Paul, 1983, *O pensamento europeu no século XVIII*, Tradução de Carlos Grifo Babo, Lisboa, Editorial Presença.
- Horta, Maria Teresa da Silva 2002, *Aventuras de Diófanos*, Edição de Maria de Santa-Cruz, Lisboa, Caminho.
- Houston, Robert Allan, 1988, *Literacy in Early Modern Europe. Culture and Education 1500-1800*, London/ New York, Longman.
- Jorge, Ricardo [ed.], 1934, *Cartas dos grandes do mundo coligidas por Francisco Rodrigues Lôbo (1612)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Koch, Peter, 1993, «Oralité médiévale et conceptionnelle dans les cultures écrites» in Clotilde Pontecorvo e Claire Blanche-Benveniste (eds.), *Proceedings of the Workshop on Orality versus Literacy: Concepts, Methods and Data, Siena 24-26.9.1992*, Strasbourg, European Science Foundation, pp. 227-248.
- Larquié, Claude, 1981, «Alphabétisation à Madrid en 1650», *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, n° 28, pp. 132-157.
- Larquié, Claude, 1987, «L'Alphabétisation des madrilènes dans la deuxième moitié du XVIIe siècle» in Joseph Perez (ed.), *De l'alphabétisation aux circuits du livre en Espagne, XVIe-XIXe siècles*, Paris, CNRS, pp. 73-93.

- Lisboa, João Luís, 1999, «Papéis de larga circulação no século XVIII», *Revista de História das Ideias*, nº 20, pp. 131-147.
- Lisboa, João Luís, 2005, «“Tanta virtude...” em papéis correndo. (Persistência e poder do manuscrito no Antigo Regime)» in Márcia Abreu e Nelson Schapochnik (orgs.), *Cultura letrada no Brasil: objetos e praticas*, Campinas/ São Paulo, Mercado de Letras/ ALB/ FAPESP, pp. 277-291.
- Lisboa, João Luís, Tiago C. P. dos Reis Miranda e Fernanda Olival, 2002-2005, *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1729-1734)*, Lisboa, Edições Colibri/ Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- Lobo, Francisco Rodrigues, 1992, *Corte da Aldeia*, Introdução, notas e fixação do texto por José Adriano de Freitas Carvalho, Lisboa, Verbo.
- Lucchi, Piero, 1985, «La prima istruzione. Idee, metodi, libri» in Gian Paolo Brizzi (ed.), *Il catechismo e la grammatica. I. Istruzione e controllo sociale nell'area emiliana e romagnola nel 700*, Bologna, Il Mulino, pp. 25-81.
- Macedo, Jorge Borges de, 1982, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa, Querco.
- Machado, Diogo Barbosa, 1741-1759, *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols., Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca e outros.
- Magalhães, Justino, 1993, «A instrução pública em Trás-os-Montes nos finais de setecentos: uma projecção do modelo escolar pombalino», *Revista de Educação*, nº 2, pp. 83-91.
- Magalhães, Justino, 1994, *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime*, Braga, Universidade do Minho.
- Marchesini, Daniele, 1985, «La fatica di scrivere. Alfabetismo e sottoscrizioni matrimoniali in Emilia tra sette e ottocento» in Gian Paolo Brizzi (ed.), *Il catechismo e la grammatica. I. Istruzione e controllo sociale nell'area emiliana e romagnola nel 700*, Bologna, Il Mulino, pp. 83-169.
- Marchesini, Daniele, 1992, *Il bisogno di scrivere. Usi della scrittura nell'Italia moderna*, Roma/ Bari, Laterza.
- Marques, Maria Adelaide Salvador, 1989, «Disponibilidades culturais médias em Palmela na segunda metade do século XVIII. Dados para a sua determinação», *Ler História*, nº 15, pp. 43-54.
- Marquilhas, Rita, 2000, *A faculdade das letras, leitura e escrita em Portugal no século XVII*, Lisboa, INCM.
- Marquilhas, Rita, 2005, «Una gran sala com la puerta abierta: cartas imaginarias desde la cárcel de la Inquisición (Portugal, siglo XVII)» in Antonio Castillo Gómez & Verónica Sierra Blas (eds.), *Letras bajo sospecha*, Gijón (Astúrias), Ediciones TREA, pp. 43-75.
- Marquilhas, Rita, 2009, «“Eu ainda sou vivo”. Sobre a edição e análise linguística de cartas de gente vulgar», *Estudos de Lingüística Galega*, Santiago de Compostela, Instituto de Lingua Galega, nº 1, pp. 47-65.
- Martín Baños, Pedro, 2005, *El arte epistolary en el Renacimiento europeo 1400-1600*, Bilbao, Universidad de Deusto.
- Martín Baños, Pedro, 2005^a, «Familiar, retórica, cortesana: los disfraces de la carta e los tratados epistolares renacentistas», *Cuadernos de História Moderna. Anejos*, vol. IV, pp. 15-30.
- Melo, D. Francisco Manuel de, 1900, *Apologos dialogaes*, 3 vols., Lisboa, Escriptorio.
- Melo, D. Francisco Manuel de, 1981, *Cartas familiares*, Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmiento, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- Mercier, Louis-Sébastien, 1992, *Le Tableau de Paris*, Paris, La Découverte.
- Mestre Sanchis, 2002, *Humanistas, políticos e ilustrados*, San Vicente del Raspeig, Universidad de Alicante.
- Mestre Sanchis, 2003, *Mayans: proyectos y frustraciones*, Valencia, Ayuntamiento de Oliva.
- Minois, Georges, 1995, *Censure et culture sous l'Ancien Régime*, Paris, Fayard.
- Miranda, Tiago C. P. dos Reis, 2000, «A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII», in Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib (orgs.), *Prezado Senhor, Prezada senhora. Estudos sobre cartas*, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 41-54.
- Miranda, Tiago C. P. dos Reis, 2004, «António Freire de Andrade Encerrabodes (1699-1783): no espelho de Pombal», *Penélope*, nº 30/31, pp. 93-134.
- Miranda, Tiago C. P. dos Reis, 2002, «La dimension européenne de la pensée politique au Portugal: 1706-1777», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLIII, pp. 199-207
- Miranda, Tiago C. P. dos Reis, 2009, «Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora: notícias de história» in Leila Mezan Algranti e Ana Paula Megiani (orgs.), *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (sécs. XVI-XIX)*, São Paulo, Alameda, pp. 187-199.
- Montaigne, Michel de, *Essais*, vol. 1, Édition présentée, établie et annotée par Pierre Michel, Paris, Librairie Générale Française, 1972.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, 1996, «O espaço político e social local» in César de Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas & Debates, pp. 121-136.
- Monteiro, Ofélia Milheiro Caldas Paiva, 1965, *No alvorecer do «Iluminismo» em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Mousnier, Robert, e Labrousse, Ernest, 1985, *Le XVIII^e siècle: l'Époque des «Lumières»*, 6^e ed., Paris, Presses Universitaires de France.
- Munck, Thomas, 2000, *The Enlightenment: a comparative social history 1721-1794*, Londres, Arnold.
- Neves, José Cassiano, 1983, *Miscelânea Curiosa*, Lisboa, s/n.
- Oliveira, Cavaleiro de, 1982, *Cartas*, Seleção, prefácio e notas de Aquilino Ribeiro, 3^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- Oliveira, Cavaleiro de, 1982^a, «Recreação periódica», Tradução de Aquilino Ribeiro, in Artur Portela, *Cavaleiro de Oliveira, aventureiro do séc. XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 111-155.
- Oliveira, Eduardo Freire de, 1885-1911, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 17 vols., Lisboa, Typographia Universal.
- Payne, Harry C., 1976, *The Philosophes and the people*, New Haven/London, Yale University Press.
- Petrucchi, Armando, 2008, *Scrivere lettere. Una storia plurimillennaria*, Roma, Editori Laterza.
- Pires, Maria Lucília Gonçalves, «A epistolografia de Vieira. Perspectivas de leitura», in Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Gonçalves Pires e José da Costa Miranda (org.), *Vieira escritor*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 21-29.
- Proença, Martinho de Mendonça, 1734, *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*, Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva.
- Randall, David, 2008, «Epistolary rhetoric, the newspaper and the public sphere», *Past and Present*, nº 198, pp. [3]-32.
- Ribeiro, João Pinto, 1645, *Preferência das letras às armas*, Lisboa, Paulo Craesbeek.

- Rocha, Andrée, 1985, *A epistolografia em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Rodrigues, António Gonçalves, 1950, *O Protestante Lusitano. Estudo biográfico e crítico sobre o Cavaleiro de Oliveira, MDCCII-MDCCLXXXIII*, Coimbra, s/n (sep. de *Biblos*, vol. XXVI).
- Rodrigues, P.^e Francisco, S.J., 1917, *A formação intellectual do Jesuíta. Leis e factos*, Porto, Livraria Magalhães & Moniz, Editora.
- Rudé, Georges, 1988, *A Europa no século XVIII*, Tradução de Manuel Ruivo Crespo e Maria Paula F. de Carvalho, Lisboa, Gradiva.
- Sá, Isabel dos Guimarães, 1995, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Sampayo, Luiz Teixeira de, 1984, «Cartas do Padre António Vieira no Arquivo Cadaval (1944)», in *Estudos Históricos*, Prefácio e notas de Eduardo Brazão, pp. 321-330.
- Sanches, A. Ribeiro, 1922, *Cartas sobre a educação da mocidade*, Coimbra, Universidade.
- Santo Eliseu, António de, 1740, *Sermoens vários dedicados a S. João da Cruz*, Lisboa, Officina dos herdeiros de Antonio Pedrozo Galram.
- Saraiva, José Hermano (ed.), s/d, *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do século XVI*, 2ª ed., Sintra, Edições Europa-América.
- Sarrailh, Jean, 1992, *La España Ilustrada de la segunda mitad del siglo XVIII*, Traducción de Antonio Alatorre, Mexico, Fondo de Cultura Economica.
- Schnerr, Walter J., 1961, «Castiglioni and Rodrigues Lôbo», *Comparative Literature*, University of Oregon, vol. 3, nº 2, pp.138-153.
- Silbert, Albert, 1966, *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIIIe siècle - début du XIXe siècle*, 2 vols., Paris, SEVPEN.
- Silva, Andrée Mansuy-Diniz, 2002-2006, *Portrait d'un homme d'État. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares (1755-1812)*, 2 vols., Lisbonne/ Paris, Centre Culturel Caloute Gulbenkian/ Commission Nationale pour la Commémoration des Découvertes Portugaises.
- Silva, Francisco da, 1644, *Opusculo da infancia e puericia dos principes e senhores*, Lisboa, Paulo Craesbeek.
- Silva, Francisco Ribeiro da, 1986, «A alfabetização no Antigo Regime: o caso do Porto e da sua região (1580-1650)», *Revista da Faculdade de Letras - História*, 2ª série, vol. 3. pp.101-163.
- Silva, Francisco Ribeiro da, 1988, «O ensino público em Portugal no século XVII» in *Primeiro encontro de História da Educação em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 115-124.
- Silva, Francisco Ribeiro da, 1991, «Barroco e escolarização: taxas de alfabetização no Porto nos inícios do séc. XVIII» in *Primeiro Congresso Internacional do Barroco – Actas*. 2º vol., Porto, pp. 452-461.
- Silva, Francisco Ribeiro da, 1993, «História da Alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados» in *A História da Educação em Espanha e Portugal*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 101-121.
- Silva, Innocencio Francisco da, e Brito Aranha, 1858-1923, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, 23 vols., Lisboa, Imprensa Nacional.
- Silva, José Maria da Costa e, 1850-1855, *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes*, Lisboa, Imprensa Silviana.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da, *D. João V*, Lisboa, Círculo de Leitores.

- Stone, Lawrence, 1964, «The Educational Revolution in England 1560-1640», *Past and Present*, nº 28, pp. 41-80.
- Stone, Lawrence, 1969, «Literacy and education in England 1640-1900», *Past and Present*, nº 42, pp. 69-139.
- Tengarrinha, José, 1983, *Estudos de história contemporânea de Portugal*, Lisboa, Caminho.
- Tengarrinha, José, 1994, *Movimentos populares agrários em Portugal*, vol. 1 (1751-1807), Lisboa, Publicações Europa-América.
- Tin, Ermerson (org.), 2005, *A arte de escrever cartas*, Campinas, Editora da Unicamp.
- Turner, Edward Raymond, «The secrecy of the post», *The English Historical Review*, vol. 33, nº 133, pp. 320-327.
- Van Liere, Katherine Elliot, 2006, «*Epistolae familiaris* in sixteenth-century Spain: an analysis of three different letter collections», *International Journal of the Classical Tradition*, vol. 12, nº 4, pp. 570-585.
- Vasconcelos, A. de, 1941, «Estatística das matrículas efectuadas na Universidade de Coimbra (1573-1772)», in *Escritos vários*, t. 2, Coimbra, Coimbra Editora, pp.111-123.
- Vasconcelos, Leite de, 1933-1988, *Etnografia portuguesa*, 10 vols., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Verney, Luís António, 1949-1953, *Verdadeiro método de estudar*, Edição organizada por António Salgado Júnior, 5 vols., Lisboa, Sá da Costa.
- Villalta, Luiz Carlos, 1995, «Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII», *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, vol. 8, nº 1/2, pp. 19-52.
- Villalta, Luiz Carlos, 2000, «Os leitores e o uso dos livros na América Portuguesa» in Márcia Abreu (coord.), *Leitura, História, História da Leitura*, Campinas/ São Paulo, Mercado das Letras/ ALB/ FAPESP, pp. 183-212.
- Villalta, Luiz Carlos, 2005, «A censura, a circulação e a posse de romances na América Portuguesa (1722-1822)» in Márcia Abreu e Nelson Schapochnik (coord.), *Cultura letrada no Brasil – Objectos e práticas*, Campinas/ São Paulo, Mercado das Letras/ ALB/ FAPESP, pp. 161-181.
- Viñao Frago, Antonio, 1990, «The history of literacy in Spain: evolution, traits, and questions», *History of Education Quarterly*, vol. 30 nº 4, pp.573-598.
- Viñao Frago, Antonio, 1992, «Alfabetización, lectura y escritura en el Antiguo Régimen (siglos XVI-XVIII)» in Escolano Agustin (ed.), *Leer y escribir en Espana Doscientos años de alfabetizacion*, Madrid, Fundación German Sanchez Ruiperez, pp. 45-68.
- Viñao Frago, Antonio, 1993, «Un campo abierto, en expansión e interdisciplinar: la historia de la alfabetización» in *A História da Educação em Espanha e Portugal*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 85-100.
- Vicente, Gil, 1965, *Obras*, Porto, Lello & Irmão – Editores.
- Voltaire, 1857, *Oeuvres Complètes, Philosophie*, t. 3, Paris, J. Bry Ainé.